



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**PRIMEIRA EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL DE
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO NO
DISTRITO FEDERAL - 1985/1986.**

GÍCIA DE CÁSSIA MARTINICHEN FALCÃO

Junho de 2007

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na área de confluência - Políticas Públicas e Gestão da Educação, sob a orientação do Prof^o Dr^o Erasto Fortes Mendonça.

Banca Examinadora:

Professor Drº Erasto Fortes Mendonça - UnB
Membro Titular Orientador

Professora Drª Regina Vinhaes Gracindo - UnB
Membro Titular

Professor Drº João Ferreira de Oliveira - UFG
Membro Titular

Professora Drª Maria Abádia da Silva - UnB
Membro Suplente

Brasília, 22 de junho de 2007

Verdade

A porta da verdade estava aberta,
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só trazia o perfil de meia verdade.

E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.

Era dividida em metades
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era totalmente bela.

E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

Carlos Drummond de Andrade

AGRADECIMENTOS

Ao professor Erasto Fortes Mendonça pelas idéias, reflexões, atenção, confiança e principalmente pela paciência com que me orientou durante a realização desta pesquisa.

Às professoras Regina Vinhaes Gracindo e Maria Abádia da Silva pela contribuição dada durante a qualificação do projeto de pesquisa.

Aos atores partícipes do processo analisado, pelos depoimentos vivos e emocionados que permitiram a reconstrução do tema.

À minha família pela solidariedade e motivação, principalmente à minha mãe pelos ensinamentos de perseverança e coragem que proporcionaram o desenvolvimento deste trabalho.

Às minhas irmãs e amigas que não me deixaram desistir, demonstrando-me cumplicidade, afeto e presença constante nos momentos mais difíceis enfrentados por mim.

À minha prima Ivanna por me fazer acreditar que tudo é possível quando existe desejo e perseverança.

Ao meu marido, companheiro e incentivador, pela tolerância e pelos momentos de descontração.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à professora Eva Waisros Pereira pela perspicácia e pela competência que realizou seu trabalho na direção do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, demonstrando preocupação com a democratização da sociedade e da educação, propiciando momentos de reflexão coletiva e ações que possibilitaram a implantação da Primeira Experiência Institucional de Gestão Democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

HOMENAGEM

Ao professor Erasto Fortes Mendonça, ator partícipe do processo analisado, por ser um dos responsáveis pela luta contínua dos trabalhadores da educação da Rede de Ensino Público do Distrito Federal em prol da gestão democrática escolar e, conseqüentemente da democratização da educação e da sociedade, propiciando, por meio do trabalho desenvolvido na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, a reflexão crítica acerca da participação de todos os segmentos envolvidos no processo escolar nas ações praticadas na escola.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral caracterizar e analisar o processo de implantação da Primeira Experiência Institucional de Gestão Democrática realizada na Rede de Ensino Público do Distrito Federal no período de 1985 a 1986. O estudo faz parte da linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, vinculada ao eixo que investiga e analisa a participação dos diferentes segmentos, envolvidos no processo escolar. Priorizando uma abordagem qualitativa, as questões que orientaram a pesquisa permitiram o desvelamento do período investigado e de suas ocorrências no interior do Sistema de Ensino do Distrito Federal, a partir da sistematização dos dados empíricos coletados em documentos que regulamentaram a experiência de gestão democrática e nas entrevistas com atores que participaram desse processo, à época vinculados à administração central da Secretaria de Estado de Educação do DF e da Fundação Educacional do DF, às direções escolares, à presidência do Sindicato dos Professores do DF e às funções do magistério e de funcionários da educação. Os dados empíricos foram sistematizados e analisados a partir de três categorias que foram definidas pela incidência com que surgiram nos documentos e nas falas dos entrevistados e pela sua capacidade de aglutinar informações consideradas relevantes. São elas: concepção de educação, influência do movimento sindical e dos partidos políticos e a democratização da gestão escolar. O estudo evidenciou que a implantação da primeira experiência institucional de gestão democrática no Distrito Federal foi parte de um processo participativo mais amplo de mudanças ocorridas no sistema público de ensino que envolveu a adoção de uma nova proposta pedagógica para a rede pública de ensino que, ao adotar concepções vinculadas à Teoria Crítico Social dos Conteúdos superou os vínculos até então existentes com a abordagem Tecnicista. Aponta, ainda, para a relevância desse momento na conquista de processos participativos que o sucederam.

ABSTRACT

The general objective of this dissertation is to characterize and analyze the implementation process of the First Institutional Experience of Democratic Management, which was conducted on the Public Educational System in the Brazilian Federal District between 1985 and 1986. The study is part of researches on Public Policies and Educational Management, from University of Brasília's Pos-Graduation Program, in connection with the sector that investigates and analyzes the participation of the different segments involved on the schooling process. The points which directed the research, prioritizing a qualitative approach, enabled the scrutiny of the period in question and its occurrences inside the Educational System of the Brazilian Federal District. It arose through a systemic investigation of the empiric data collected from regulatory documents of the democratic management experience and through interviews with participants in such process, who were, at the time, associated to: the central administration of the D.F. General Office of Education; the Educational Foundation; schools management; D.F. Teachers Union's presidency; and other educational functions and positions. The empiric data was systematically analyzed and classified in three categories which were defined based on their incidence in both the revised documents and the testimony of the interviewed subjects; as well as on their capacity of agglomerating relevant information. These categories are: the conception of education; the influence of the Union movement and political parties; and the democratization of the educational management. The study made evident that the implementation of the first institutional experience of democratic management in the Brazilian Federal District was part of a broader participative process of changes in the public educational system, which included the adoption of a new pedagogic proposition for the public arena. This new approach has surpassed existing links to the "Technical Approach" (Abordagem Tecnicista) through the embracing of concepts associated to the "Critical-Social Theory of Contents" (Teoria Crítico Social dos Conteúdos). It also points towards the relevance of this period to the conquest of the succeeding participative processes.

SIGLAS

ABI – Associação Brasiliense de Imprensa
CASEB – Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília
CEDF – Conselho de Educação do Distrito Federal
CEUB – Centro de Ensino Unificado de Brasília
CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal
CF – Constituição Federal
DEPLAN – Departamento de Planejamento de Ensino
DF – Distrito Federal
DGP – Departamento Geral de Pedagogia
DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas
ENB – Escola Normal de Brasília
FE – Faculdade de Educação
FEDF – Fundação Educacional de Distrito Federal
GDF – Governo do Distrito Federal
GE – Grupo Escolar
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira
LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Partido da Democracia Social
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PFL – Partido da Frente Liberal
PIE – Pedagogia para Professores em Exercício no Início de Escolarização
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE – Plano Nacional de Educação
PP – Partido Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
PPGE – Políticas Públicas e Gestão da Educação
SE – Secretaria de Educação
SEC – Secretaria de Educação e Cultura
SEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SINPRO – Sindicato dos Professores
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1 - Origem e Proposição do Problema	01
2 - Objetivo Geral	06
3 - Objetivos Específicos	06
4 - Abordagem Metodológica.....	07
5 - Configuração Geral do Trabalho.....	10

CAPÍTULO I: VISÃO HISTÓRICA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

1 - Sociedade, Cidadania e Educação	12
2 - Implantação do Sistema de Ensino de Brasília	22
3 - Gestão Democrática da Educação	27
4 - Democratização da Educação, Reflexo das Lutas Sociais pela Redemocratização do Brasil	29
5 - Gestão Democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal	35

CAPÍTULO II: CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

1 - Ações Coletivas e Participação na Efetivação da Gestão Democrática	43
--	----

CAPÍTULO III: INFLUÊNCIAS DO MOVIMENTO SINDICAL E DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

1 - Reconhecimento do Papel do Movimento Sindical e dos Partidos Políticos para a Efetivação da Gestão Democrática.....	52
---	----

CAPÍTULO IV: DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

1- A Participação como Fundamento da Gestão Democrática: A Escola como Espaço de Democratização da Sociedade	65
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1- Reflexos da Primeira Experiência de Gestão Democrática da Educação na Rede de Ensino Público do Distrito Federal	75
---	----

REFERÊNCIAS	89
-------------------	----

ANEXOS

1- Roteiro de Entrevistas	92
2- Documentos Consultados	93

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

... um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois.

Walter Benjamin

1 - Origem e Proposição do Problema.

Defendo a educação como um direito que deve ser garantido a todos pelo Estado, uma educação promotora da inclusão social e da garantia da participação de todos os envolvidos no processo educacional, porém as concepções percebidas na sociedade, referentes à educação me fazem refletir sobre a função da escola e de todos os atores que a constituem.

Reconhecendo a gestão democrática como um dos princípios para garantir a democratização educacional, e conseqüentemente, a democratização da sociedade, interessei-me em estudar como ocorreu o processo de democratização escolar na Rede de Ensino Público do Distrito Federal. Em princípio, pensei em pesquisar o processo de democratização da escola vivenciado por mim, como professora da Rede de Ensino Público, implantado na gestão do Governo Democrático Popular no período de 1995 a 1998. A leitura de pesquisas desenvolvidas sobre o tema e o contato com documentos referentes ao período em que o país lutou pelo fim da ditadura militar e pela efetivação da democracia instigou-me como pesquisadora, pois o vivenciei como estudante, sendo este processo fundamental para minha formação política e para a minha conscientização da importância da organização dos movimentos sociais, sindicais e políticos nos processos de reivindicação de seus direitos. Essa motivação levou-me a pesquisar os acontecimentos ocorridos durante os primeiros anos da década de 1980.

Quando penso em educação como direito social, lembro-me das palavras proferidas por Paul Singer¹ ao afirmar que existem duas visões antagônicas de educação, uma que ele nomeia de civil democrática, contribuindo para a construção da cidadania, e outra de produtivista, a serviço do mercado globalizante. Sander ao desenvolver um estudo sobre a produção do conhecimento em política e gestão da educação também aborda as duas vertentes que, segundo ele, influenciam as políticas educacionais, o “enfoque produtivo, voltado para o mercado e o enfoque democrático, voltado para a cidadania”. (2005, p.128)

Ao desenvolver os estudos pertinentes à pesquisa, percebi a relevância social do tema em função de estar diretamente relacionado a um dos direitos sociais, assegurado pela legislação brasileira² a todos os cidadãos, mas negado na prática para uma parcela considerável da população brasileira, idéia esta, confirmada por Frei Betto (2002, p.182) ao abordar o tema Democracia Virtual, afirmando que a “minoría controla a maioria, primeiramente, pelo seqüestro do saber”.

Reitero meu interesse pelo tema por ter vivenciado a Primeira Experiência Institucional de Gestão Democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal, como estudante no ano de 1985 e, em seguida, como professora, no ano de 1986, fato que me proporcionou viver as contradições de um processo estabelecido pelas lutas da sociedade brasileira organizada, pela qualidade social da educação, compreendendo a abordagem de Freire (1996) ao defender a importância da construção de uma consciência política entre os professores, fundamental para a realização de uma prática pedagógica comprometida com a realidade da comunidade escolar.

A necessidade de ampliar meus conhecimentos sobre um tema em que eu própria estava envolvida desde a minha época de estudante da Escola Normal de Brasília,

¹ Responsável pela Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho em palestra proferida na Câmara Legislativa do Distrito Federal- CLDF no ano de 2005.

² Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação- (Lei nº 9.394/1996) e Plano Nacional de Educação- (PNE Lei nº 10.172/2001).

incentivou-me a pesquisar a gestão escolar, pois participei das discussões sobre a redemocratização do país e sobre a democratização da gestão da educação. Participei da eleição para dirigentes escolares em 1985 e, no ano de 1986, como professora concursada da Fundação Educacional do Distrito Federal³, vivenciei o processo de exoneração, pela Direção Executiva da Fundação Educacional do DF, de alguns desses dirigentes eleitos pela comunidade escolar.

Chamava-me à atenção o fato de que a mesma comunidade que elegeu esses diretores não teve nenhuma participação na decisão sobre suas exonerações. Essa inquietação foi sendo aprofundada e intensificada à medida em que estabelecia interlocução com outros atores que vivenciaram esse processo na década de 1980. O relato de vários episódios facilitadores e dificultadores da implantação da eleição de diretores no âmbito da gestão democrática fez-me tomar uma decisão em relação à escolha da temática desta pesquisa e de seu objeto de estudo, a implantação da Primeira Experiência Institucional de Gestão Democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

Por meio de uma abordagem qualitativa, proponho a análise e a caracterização do processo de implantação da gestão democrática educacional ocorrido no período de 1985 a 1986. Ressalto que o estudo faz parte da linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, particularmente vinculada ao eixo que investiga e analisa a participação dos diferentes segmentos, envolvidos no processo escolar, na gestão da educação em escolas do Sistema Público de Ensino do DF.

Cabe destacar que no Distrito Federal, concomitante à luta pelo acesso, pela permanência e pela qualidade da educação, na década de 1980, iniciaram-se as reivindicações

³ A Fundação Educacional do Distrito Federal foi criada no dia 17 de junho de 1960, encarregada de executar a política educacional do Distrito Federal, sendo extinta pelo Decreto nº 21.396 de 31 de julho de 2000, passando à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal a responsabilidade pela Rede de Ensino.

para o estabelecimento de relações democráticas dentro das escolas. Segundo Costa (2000, p.40), em sua pesquisa sobre a participação dos pais dos alunos no conselho escolar, “o movimento pela democratização do país refletia-se também no sistema educacional”. Os trabalhadores da educação⁴ perceberam na gestão democrática uma forma de modificar as relações vivenciadas na escola, investiram então, na luta pela sua efetivação, exigindo maior participação nas ações realizadas no espaço escolar.

Considerando as circunstâncias que envolveram a implantação da Primeira Experiência Institucional de Gestão Democrática da Educação no Distrito Federal, esta pesquisa ganha relevância por proporcionar o conhecimento das relações existentes entre gestores da Secretaria de Educação e trabalhadores da educação e as ações praticadas durante o processo que possam esclarecer a origem dos fatos e as circunstâncias que facilitaram ou dificultaram o processo de democratização da gestão educacional na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

Para analisar a implantação da gestão democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal no período de 1985 a 1986 é necessário entender a situação política e social que o Brasil vivia à época. Portanto, considere-se que a abordagem mais indicada é a que permite compreender o processo histórico da educação e as influências da redemocratização do país sobre a democratização das ações educacionais. Gil (1999, p.32) afirma que “a dialética estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc”, portanto, saliento a necessidade, na realização da pesquisa, de um olhar dialético que possa proporcionar a percepção das contradições encontradas nas relações e nas ações referentes às práticas realizadas na Rede de Ensino Público, no período investigado, pois, pautada na afirmação de Gil, destaco que segundo Frigoto (2000):

⁴ Na presente dissertação compreende-se Trabalhadores da Educação como todos os sujeitos que desenvolvem atividades nas instituições educacionais, professores, funcionários e especialistas.

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico. (2000, p.8)

Nesse sentido, pode-se considerar, segundo o autor, que o olhar dialético sobre o objeto de pesquisa é muito mais que um método, mas uma postura epistemológica, que antecede o método, motivo pelo qual faz-se necessário à pesquisadora desenvolver um olhar dialético que proporcione a percepção das contradições e dos conflitos existentes nas ações, nas relações e na fala dos atores .

Minhas inquietações e meus questionamentos referentes ao tema da pesquisa, traduziram-se em objetivos e perguntas que orientaram a construção da dissertação. Após ler documentos e pesquisas sobre o período a ser analisado, elaborei questões que julguei poder materializar minhas preocupações preliminares em relação ao entendimento desse processo. Desse modo, são consideradas questões orientadoras da presente pesquisa:

- 1) Quais as condições que caracterizaram o processo de implantação da gestão democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal?
- 2) Quais os fatores facilitadores e os dificultadores que influenciaram a implantação da gestão democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal?
- 3) Quais as percepções de gestores e de trabalhadores da educação quanto aos fatos e ações que permearam o processo de implantação da gestão democrática no Distrito Federal?

Essas questões, por sua vez, orientam o alcance de alguns objetivos que assim podem ser explicitados:

2 - Objetivo Geral:

Caracterizar e analisar o processo de implantação da Primeira Experiência Institucional de Gestão Democrática realizada na Rede de Ensino Público do Distrito Federal no período de 1985 a 1986.

3 - Objetivos Específicos:

1) Identificar e analisar os fatores facilitadores e os dificultadores que influenciaram a implantação da Primeira Experiência Institucional de Gestão Democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal, nos anos de 1985 e 1986.

2) Identificar e analisar os fatos e as ações que caracterizaram o processo de implantação da gestão democrática, no período de 1985 e 1986, segundo a percepção de gestores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, da Fundação Educacional do Distrito Federal e de trabalhadores da educação.

3) Apontar as possíveis influências da primeira experiência institucional de eleição de diretores na Rede de Ensino Público do Distrito Federal, realizada no período de 1985 e 1986, no desenvolvimento da gestão democrática nesse Sistema de Ensino.

A presente pesquisa, ao utilizar-se de uma abordagem qualitativa, priorizou o contato direto da pesquisadora com os atores da situação investigada, possibilitando a construção de uma visão dialética, articulada com a realidade investigada, considerando a afirmação de Frigoto (2000, p.75) de que “a dialética situa-se no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos”.

4 - Abordagem Metodológica.

A pesquisa utilizou-se basicamente de dois instrumentos, a análise documental e a entrevista com roteiro semi-estruturado. A pesquisa documental desenvolveu-se na sede da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, pois lá se encontram documentos referentes ao período analisado. Cabe ressaltar que não foi possível realizar a pesquisa, no Sindicato dos Professores do Distrito Federal- SINPRO, pois, o mesmo encontrava-se no período de mudança de sua sede, sendo que os documentos estavam guardados em um lugar de acesso restrito, até a conclusão das obras da nova sede.

Os documentos acessados e analisados que permitiram identificar informações factuais a partir das questões de pesquisa foram:

- Acordo Coletivo 85/88 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e o Sindicato dos Professores do Distrito Federal;
- Normas para a Eleição de Diretores 85/88;
- Resolução nº 06/85 do Conselho de Educação do Distrito Federal, que autoriza a Fundação Educacional do Distrito Federal a instituir a Administração Colegiada;
- Publicações do Sindicato dos Professores e de periódicos da cidade do período relativo ao corte temporal da pesquisa;
- Pronunciamento-Conselho de Educação do Distrito Federal.

As entrevistas semi-estruturadas, a partir de um esquema básico, permitiram a realização das adaptações necessárias seguindo as recomendações de Lüdke e André:

A entrevista desempenha um importante papel na pesquisa, por seu caráter de interação e por propiciar maior liberdade aos sujeitos para discorrerem sobre as questões abordadas, permitindo a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. (1986, p.33;34)

A escolha da entrevista semi-estruturada garantiu que os entrevistados discorressem abertamente sobre o tema, embasados nas informações que detêm, fornecendo pistas para novos questionamentos e novos sujeitos que pudessem ser entrevistados.

As entrevistas foram realizadas com gestores da Secretaria de Educação do Distrito Federal, que ocupavam cargos na direção do Departamento Geral de Pedagogia- DGP, na direção da Fundação Educacional, no gabinete da Secretaria de Educação, com trabalhadores da educação que desenvolviam atividades em escolas e Complexos Escolares⁵ e com um dirigente do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, num total de 8 (oito) entrevistas.

Cabível de destaque que, durante o desenvolvimento da revisão bibliográfica, o contato com diversas pesquisas já realizadas, além de outras publicações, permitiu-me elencar nomes de gestores e de trabalhadores da educação que atuavam na Secretaria de Educação e na Fundação Educacional do Distrito Federal à época da implantação da Primeira Experiência de Gestão Democrática, que são citados nos textos das dissertações, dos artigos e de periódicos publicados sobre o tema investigado, além de outros nomes que foram citados durante as entrevistas.

Faz-se imprescindível esclarecer que alguns dos atores, partícipes do processo investigado, não aceitaram ser entrevistados, alegando falta de tempo e, muitas vezes, a pouca lembrança dos fatos ocorridos à época. Essa dificuldade acabou por determinar uma modificação no planejamento preliminar da pesquisa, uma vez que a intenção inicial era a de tomar depoimentos de atores que tivessem vivenciado o processo estudado em duas cidades do Distrito Federal para promover uma possível comparação entre os procedimentos adotados e as reações aos mesmos em diferentes ambientes. No entanto, o desenvolvimento das entrevistas e as dificuldades já apontadas nos fizeram optar pela realização de entrevistas sem

⁵ Os Complexos Escolares eram estruturas orgânicas da Fundação Educacional do Distrito Federal, de caráter diretivo e intermediário, hoje são denominados Diretorias Regionais de Ensino.

a distinção de campos de pesquisa por cidades, tomando, dessa maneira, a experiência vivida pelos entrevistados como expressão do processo vivenciado no Sistema de Ensino do Distrito Federal como um todo.

Para facilitar a identificação das ligações institucionais dos atores entrevistados, apresento o quadro a seguir com a caracterização desses vínculos e os códigos utilizados na transcrição de seus depoimentos:

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Cargo/ Função	Nome	Código
Chefe de Gabinete da Fundação Educacional e da Secretaria de Educação do Distrito Federal.	Maria Marta Cintra	Gestora do Sistema - GS1
Diretora do Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal.	Eva Waisros Pereira	Gestora do Sistema - GS2
Diretor de Material da Fundação Educacional do Distrito Federal.	Admário Luiz de Almeida	Gestor do Sistema - GS3
Funcionário da Fundação Educacional do Distrito Federal.	Francisco das Chagas Firmino do Nascimento	Funcionário - F
Professora da Fundação Educacional do Distrito Federal.	Olgamir Amância Ferreira de Paiva	Professora - P
Presidente do Sindicato dos Professores do Distrito Federal.	José Libério Pimentel	Sindicalista - S
Gestora Escolar da Fundação Educacional do Distrito Federal.	Carmem Lúcia Luz Caixeta	Gestora Escolar - GE1
Gestora Escolar da Fundação Educacional do Distrito Federal.	Deusalina de Lima Veras	Gestora Escolar - GE2

Todas as entrevistas foram realizadas em locais e horários determinados pelos entrevistados, tendo sido as mesmas gravadas em aparelho digital e posteriormente transcritas, na íntegra, totalizando 12 (doze) horas e 20 (vinte) minutos.

Os documentos e as gravações das entrevistas constituíram-se nos dados empíricos da pesquisa que foram agrupados, num primeiro momento, em fichas cujas leituras permitiram a verificação de temáticas recorrentes. Essa sistematização dos dados empíricos coletados nas entrevistas e na análise documental propiciou a escolha de categorias que foram despontando naturalmente pela sua capacidade de aglutinação de informações. Importante, nesse sentido, ressaltar que as categorias classificatórias dos dados empíricos não foram fixadas previamente, mas surgiram como resultado da sistematização dos mesmos, fundamentadas no referencial teórico da pesquisa e tendo como eixos norteadores a universalização do acesso à escola pública, a qualidade do ensino e a gestão democrática da educação.

As categorias que permitiram a realização da análise dos dados, para a conclusão da pesquisa, foram congregadas em três grupos: a concepção de educação, a influência dos partidos políticos e do movimento sindical e a democratização da gestão escolar.

5 - Configuração Geral do Trabalho.

Face ao exposto, para que os objetivos da pesquisa sejam contemplados, a dissertação, que apresenta a democratização da gestão da educação no Distrito Federal como parte central a ser analisada e caracterizada, é composta por quatro capítulos.

O primeiro capítulo apresenta a revisão bibliográfica, construindo a partir do referencial teórico pesquisado, uma visão histórica da democratização da educação no nosso país, privilegiando autores que realizaram estudos e pesquisas sobre a importância da democratização da educação para a construção da democracia na sociedade, estabelecendo

conexões entre a implantação do Sistema de Ensino no Distrito Federal, os reflexos das lutas sociais pela redemocratização do país e a prática da gestão democrática da educação na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

O segundo capítulo aborda a concepção de educação na perspectiva de alguns sujeitos envolvidos na Primeira Experiência de Gestão Democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

O terceiro capítulo revela a influência do movimento sindical e dos partidos políticos na percepção dos entrevistados, ao discorrerem acerca da participação de ambos no processo de efetivação da gestão democrática da educação no Distrito Federal.

O quarto capítulo desvela a percepção da experiência de gestão democrática vivenciada no Distrito Federal, bem como, sua importância para a democratização da educação.

Nas considerações finais, apresento as influências que a implantação da Primeira Experiência Institucional de Gestão Democrática da Educação proporcionou a comunidade escolar, principalmente aos trabalhadores da educação, ao longo da história da democratização da educação na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

CAPÍTULO I: VISÃO HISTÓRICA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História.

Paulo Freire

1 - Sociedade, Cidadania e Educação.

Para a concretização dos objetivos deste trabalho faz-se necessário contextualizar a discussão sobre educação como bem público e direito de todos, no panorama histórico da sociedade brasileira que apresenta uma formação fragmentada e hierarquizada, marcada pelas relações patrimonialistas e clientelistas, a qual exclui a maioria da população do acesso aos direitos de cidadania. De acordo com Bobbio:

... direito é um termo da linguagem normativa, ou seja, de uma linguagem na qual se fala de normas e sobre normas. A existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por “existência” deve entender-se tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação. (2004, p.94)

Nesse sentido, cabe evidenciar que a Constituição Federal Brasileira, Lei Maior do ordenamento jurídico do país, fundamento de todas as outras leis e de suas respectivas normatizações, promulgada no dia 05 de outubro de 1988 dedica vários Capítulos e Artigos referentes aos direitos civis, sociais e políticos. O Capítulo II contempla os direitos sociais, explicitando no Art.6: “São direitos sociais a educação, a moradia, o lazer, a segurança, a

previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Cury (2002, p.20), ao desenvolver um estudo sobre as relações existentes entre direito e educação, referendadas pela legislação educacional brasileira, afirma que “a educação, primeiro direito citado, é um direito social fundante da cidadania”.

Mas qual será o conceito de cidadania para uma sociedade cujas avaliações da educação pública evidenciam seu caráter seletivo e excludente, demonstrado pela limitação ao acesso, à permanência e à qualidade do ensino?

Silva , ao desenvolver um estudo sobre cidadania no contexto das restrições dos direitos sociais, afirma que:

... a vivência da cidadania é histórica, refere-se às decisões políticas e à força dos movimentos sociais organizados e plurais que atuam na sociedade. Cidadania é estar permanentemente comprometido com os direitos humanos, sociais e de amparo aos trabalhadores; é desnaturalizar as desigualdades sociais revelando que elas são fruto das decisões de dominação de uma classe; é o reconhecimento de sujeitos que são diferentes e que possuem diferenças, mas são portadores do direito de ter direitos. (2001b, p.75).

A afirmação acima nos remete à reflexão de que o conceito de cidadania, construído ao longo da história do nosso país, modificou-se, porém, não deixou de excluir a classe trabalhadora do acesso aos conhecimentos que lhe possibilitariam ter a consciência dos seus direitos.

Em conformidade com a linha de pensamento de Silva (2001b), Bordignon e Gracindo (2004, p.158) lembram que “cidadão é aquele que faz história e nesse sentido, é governante, não de si mesmo, mas, solidariamente com os outros cidadãos, do caminhar da humanidade”. Os autores enfatizam que o cidadão apropria-se criticamente das informações para construir conhecimentos, produzir ciência e tecnologias.

Percebo que os conceitos e as concepções existentes em nossa sociedade, que apresentam pequenas modificações na realidade histórica, influenciam diretamente o trabalho desenvolvido nas instituições escolares, promovendo, muitas vezes, a reprodução das relações verticalizadas e autoritárias, o que pode não viabilizar a reflexão crítica dos estudantes quanto à participação nas ações realizadas na sociedade e conseqüentemente no espaço escolar, dificultando, assim, a apropriação crítica das informações que podem garantir a construção de conhecimentos e a produção de saberes necessários para a conscientização dos direitos de cidadania.

Importante destacar que, mesmo o direito à educação estando presente na Constituição Federal, no Brasil ainda há crianças que não freqüentam a escola e jovens e adultos que a ela não tiveram acesso, deixando de construir conhecimentos que garantem a participação ativa e reflexiva nas ações realizadas na sociedade. Portanto, o direito à educação explicitado na Constituição Federal Brasileira não é garantido para todos, favorecendo assim, a exclusão social de uma parcela da sociedade.

De acordo com Gadotti (2003), “a participação e a democratização num sistema público de ensino é a forma mais prática de formação para a cidadania. A educação para a cidadania dá-se na participação no processo de tomada de decisão”.

A afirmação de Gadotti (2003) nos faz refletir sobre a importância da participação da comunidade escolar nas ações que norteiam as práticas realizadas nos espaços educacionais, pois sabemos que, até bem recentemente na história do nosso país, a educação foi um privilégio das classes mais abastadas. É importante, ainda, ressaltar que numa sociedade onde as relações sociais são determinadas pelo modo de produção capitalista, estabelece-se a divisão entre duas classes. Esta divisão explicitou-se no sistema de ensino no Brasil, estruturado de forma dualista, uma para atender aos interesses da classe dominante, formando os futuros dirigentes da sociedade, e outra de menos qualidade para atender os filhos dos

trabalhadores e inseri-los no mercado de trabalho, reproduzindo assim, a dualização escolar. Se é possível afirmar que, de um ponto de vista legal, as normas que regem a educação nacional não mais amparam essa dualidade na estrutura dos sistemas, o mesmo não se pode verificar no funcionamento objetivo dos mesmos. Escolas de um mesmo sistema, teoricamente constituído para garantia da equidade no acesso, pelas condições de sua inserção espacial nas diferentes comunidades não são capazes de promover efetivamente essa garantia.

Por outro lado, a escola, por meio de práticas autoritárias e excludentes, cumprindo o papel de reprodutora das relações estabelecidas na sociedade, ao realizar atividades fragmentadas, contribui com a divisão do trabalho entre os que planejam e os que executam, fortalecendo assim, a hierarquização de papéis no sistema educacional.

Mendonça (2000, p.83) salienta que o fracasso da escola pública brasileira na oferta de qualidade de ensino para todos de certa maneira impulsionou as lutas pela democratização dos processos de gestão, na crença da necessidade de alteração das estruturas de poder no interior das escolas. Nesse sentido, ressalta a importância de um livro de Paro originado de uma pesquisa sobre questões vinculadas à direção escolar, apontando-o como um dos primeiros passos para a caracterização da “importância da gestão democrática da educação como processo de superação da racionalidade capitalista excludente da escola brasileira, em busca de uma qualidade que, de fato, atenda aos interesses das classes trabalhadoras”⁶.

Ciente de que a escola, por meio de suas práticas, pode ajudar a manter ou modificar as relações existentes na sociedade, compreendo-a como local privilegiado para desenvolver ações que favoreçam o exercício da cidadania, comprometida com a transformação social. Portanto, saliento a importância da democratização da gestão da educação compreendida como um processo de construção histórica onde todos os sujeitos envolvidos no processo

⁶ Erasto Fortes Mendonça no livro *A Regra e o Jogo-Democracia e patrimonialismo na educação brasileira*, aponta a importância do livro de Vitor Paro, publicado em 1ª edição no ano de 1986, que desenvolve um exame minucioso da administração capitalista e de seus fundamentos, analisando a possibilidade da construção de novos referenciais para a administração escolar voltada para a transformação social.

educacional sejam partícipes das decisões que garantam a superação das práticas desenvolvidas no ambiente escolar que reproduzem as relações de poder encontradas na sociedade, consagrando privilégios para alguns e negando o saber sistematizado e acumulado no desenvolvimento da história da humanidade para outros.

Segundo Bobbio (1987 apud GRACINDO 1994, p.180):

Quando se quer saber se houve um desenvolvimento da democracia num dado país, o certo é procurar saber se aumentou não o número dos que têm direito de participar das decisões que lhes dizem respeito, mas os espaços nos quais podem exercer esse direito.

Confirmando a idéia supracitada, Gracindo (1994, p.180) afirma:

Entre esses espaços, pode ser situado aquele onde se desenvolve o processo educativo. Espaço este de construção da cidadania; espaço de liberdade de expressão de idéias; espaço de liberdade para construção de aprendizagens; espaço de crescimento pessoal e social: um espaço democrático.

As afirmações acima nos fazem refletir sobre a necessidade de garantir a participação da comunidade nas ações realizadas no espaço escolar, promovendo assim, o desenvolvimento democrático e conseqüentemente a cidadania.

Nesse sentido, ao falar de participação, pontuo que segundo Bordenave, é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas:

O ser humano possui certas necessidades óbvias, como alimento, o sono e a saúde. Mas também possui necessidades não-óbvias, como pensamento reflexivo, autoavaliação, a auto-expressão e a participação, que compreende as anteriores. Privar os homens de satisfazerem estas necessidades equivale a mutilar o desenvolvimento harmônico de sua personalidade integral. (1994, p.76;77)

Após falar acerca da participação conforme o supracitado autor, retomo a afirmação de Gracindo sobre a possibilidade de o processo educativo ser reconhecido como um espaço de construção da democracia e enfatizo que a gestão democrática da educação é uma reivindicação histórica da sociedade brasileira, mais precisamente dos trabalhadores da educação compromissados com a escola pública de qualidade e para todos.

Face ao exposto, ressalto que foi durante o restabelecimento do regime democrático, após o golpe militar de 1964, que a luta pela participação coletiva no processo educacional efetivou-se. A luta pela redemocratização do país fortaleceu o debate sobre a educação como possibilidade de intervenção social. Para isso era preciso que as políticas para a educação fossem construídas coletivamente, possibilitando que a sociedade participasse do seu processo de formulação, execução e avaliação.

Araújo (2000, p.34), ao desenvolver uma pesquisa sobre a participação dos docentes na gestão da educação na Rede de Ensino Público do Distrito Federal aborda que “a reivindicação pela gestão democrática na escola surge no bojo das reivindicações mais amplas estabelecidas pelos movimentos populares, como uma possibilidade para a efetiva participação da cidadania nas políticas públicas”.

Em afinidade com a idéia descrita acima, Bordenave diz que a participação leva à apropriação do desenvolvimento pelo povo, discorrendo que:

Toda vez que o povo participa do planejamento e execução de uma atividade ou processo, ele se sente proprietário do mesmo e co-responsável de seu sucesso ou fracasso. Um projeto participativo não se acaba quando se retiram as fontes externas de assistência, pois as pessoas o consideram “seu”. (1994, p.77;78)

Assim, como instrumento de participação social, destaco que a luta dos movimentos populares em defesa da democracia e contra a ditadura imposta pelo regime militar, vivenciada pela sociedade brasileira desde o ano de 1964, fortaleceu-se no início da década de 1980, a favor do estabelecimento de uma estrutura democrática no Estado que propiciasse a participação popular na implementação e na implantação de políticas públicas que garantissem o direito de cidadania.

No entanto, há que se refletir sobre o processo de democratização, que, conforme discorre Coutinho (2002):

... esse processo de crescente democratização, de socialização da política, choca-se com a apropriação privada dos mecanismos de poder. Temos aqui uma contradição: o fato de que haja um número cada vez maior de pessoas participando politicamente, participando organizadamente, constituindo-se como sujeitos coletivos, choca-se com a permanência de um Estado apropriado restritamente por um pequeno grupo de pessoas, por membros da classe economicamente dominante ou por uma restrita burocracia a seu serviço. (2002, p.17)

A afirmação de Coutinho (2002) no faz refletir sobre a impossibilidade de haver democracia efetiva onde existe extrema desigualdade material entre os cidadãos. Sabemos que todos os votos depositados em uma urna têm o mesmo valor, porém é evidente que em uma sociedade onde uma minoria apropria-se dos mecanismos de poder, haja a manipulação das consciências propiciada pelos meios de comunicação e, muitas vezes pela escola ao reproduzir as práticas encontradas na sociedade.

Nesse sentido, Coutinho afirma que a democratização só se realiza plenamente na medida em que combina a socialização do poder, ressaltando que:

a plena realização da democracia implica a superação da ordem social capitalista, da apropriação privada não só dos meios de produção, mas também do poder do Estado, com a conseqüente construção de uma nova ordem social socialista. De uma ordem onde não haja apenas a socialização dos meios de produção, mas também a socialização do poder. (2002, p.17)

A partir da idéia de democratização vista anteriormente, retomo a reflexão quanto a socialização do poder, pois, tendo a democratização da educação como referência para a pesquisa em pauta sobre o processo de gestão democrática escolar pontuo que o termo gestão democrática rompe com a idéia de gestão como execução, pois, consciente de que a gestão democrática é o resultado de ações construídas coletivamente e que a educação é um bem público, direito social de todos os cidadãos, ressalto a importância da participação, condição fundamental para a efetivação da democracia, de todos os segmentos envolvidos no processo educacional na luta pela sua garantia, pois de acordo com Paro (2005):

desde as épocas mais primitivas, os homens perceberam, por força da inevitabilidade de suas relações recíprocas, que os objetivos a que se propunham podiam ser atingidos mais efetivamente e com economia de

recursos quando, em lugar de agirem isoladamente, suas ações fossem conjugadas na busca de objetivos comuns. (2005, p.22)

Considerando a escola como um espaço fundamental para o exercício democrático, acredito que a sua função social é garantir a qualidade educacional que capacite os sujeitos para a vida, para a convivência coletiva e democrática na sociedade, portanto, todos os envolvidos no processo educacional devem trabalhar em busca do principal objetivo da escola que é coletivo.

A prática coletiva na escola é fundamental para a consolidação de ações e relações democráticas na sociedade e um dos caminhos para construir a qualidade social da educação. Assim, a gestão democrática, com a participação de todos os segmentos, é o principal caminho para a efetivação desta construção e, conseqüentemente, para a realização da cidadania, compreendida, conforme escrito anteriormente, como oportunidade de igualdade na participação política e nos bens socialmente produzidos na história da humanidade. Nesse sentido, cabe destacar a afirmação de Ferreira:

A gestão democrática da educação é hoje , um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e à prática educacional brasileira e mundial. É indubitável sua importância como um recurso de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização. (2004, p.305)

Com relação à gestão democrática no Distrito Federal, saliento que algumas pesquisas realizadas por trabalhadores da educação, funcionários da Fundação Educacional do Distrito Federal – F.E.D.F. que vivenciaram a implantação da Primeira Experiência de Gestão Democrática na Rede de Ensino Público do D.F., relatam alguns fatores que dificultaram o processo. Paiva (2002), ao abordar o tema da gestão democrática e exclusão escolar, indica como fatores limitadores da implantação da gestão democrática, a sua redução ao mecanismo de eleição de dirigentes escolares e o conceito introjetado de que planejar e dirigir não é para

todos, dificultando, assim, o interesse de muitos profissionais em candidatar-se aos cargos, afirmando que:

Esta visão dicotômica entre planejamento e execução, certamente nos ajuda a compreender porque poucos se colocaram na disputa, apesar da expectativa em relação ao processo que se inaugurava. O processo caracterizou-se por uma reduzida presença de novos gestores e pela reafirmação de antigos administradores, identificados com uma gestão conservadora e autoritária. O dado novo é que esses antigos gestores assumem os cargos de direção escolar, a partir de então, com o respaldo da comunidade. (2002, p.113)

Gagliardi (1991, p.53), num estudo sobre o pensamento pedagógico brasileiro vigente e a prática escolar, relata que “a Secretaria de Educação e a F.E.D.F. assumiram como política educacional, a adoção da Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos como eixo norteador da prática educacional a ser desenvolvida na Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal”, ressaltando os fatores que dificultaram a efetivação das ações pretendidas: o 1º fator é a primeira eleição para dirigentes de escolas e de Complexos Escolares, ocorrida em novembro de 1985, que na visão do autor chamou mais a atenção dos trabalhadores em educação por ser uma discussão política do que a discussão sobre a nova proposta pedagógica do Departamento Geral de Pedagogia – DGP⁷ ; o 2º fator significativo foi que a maioria dos dirigentes de escolas e de Complexos Escolares não se candidatou ou não foi eleita, e que, a maioria dos eleitos assumiria pela primeira vez o cargo, e muitos não possuíam habilitação em Administração Escolar; o 3º fator considerado é que no mês de fevereiro de 1986 houve a mudança de dirigentes na SEDF e na FEDF, sendo o jornalista Pompeu de Souza, Secretário de Educação, substituído pelo professor Fábio Bruno, diretor-executivo da FEDF. Ainda, conforme Gagliardi (1991), para o cargo de diretor-executivo da FEDF foi indicado pelo governador do Distrito Federal, a revelia do professor Fábio Bruno e dos dirigentes dos Complexos Escolares, José Quintas, o qual convidou para assumir a direção do DGP o professor Clésio de Souza Ferreira, antigo assessor do professor Fábio Bruno.

⁷ Departamento responsável pela definição dos aspectos pedagógicos das escolas da rede oficial.

Após as modificações nos cargos da SE e na FEDF aconteceram dois fatos que, segundo Gagliardi (1991), também comprometeram a implementação da nova proposta curricular da FEDF. Primeiro, a greve dos professores e funcionários, ocorrida no primeiro semestre de 1986, e, no segundo semestre do mesmo ano, a chamada “crise da Ceilândia”, também conhecida como “crise do Projeto Irmãozinho⁸”. Gagliardi (1991, p.53) afirma que o diretor de um Complexo Escolar e três diretores de escolas recusaram-se a cumprir uma determinação da Diretoria-Executiva da FEDF, julgando-a impertinente ao exercício de suas funções sendo, então, exonerados de seus cargos. Os diretores das escolas daquele Complexo Escolar pediram ao diretor-executivo da FEDF que revisasse sua decisão, e, como não foram atendidos, na sua totalidade, renunciaram a seus cargos. As renúncias foram aceitas e o diretor-executivo nomeou interventores para assumirem os cargos de diretores de escolas e do Complexo Escolar, até que novos diretores fossem eleitos pela comunidade escolar.⁹

Spader, em pesquisa sobre gestão democrática da escola pública concluída em 1998, aborda algumas experiências de gestão participativa realizadas no Brasil, incluindo, entre elas, dois estudos realizados no Distrito Federal sobre o tema em pauta. O primeiro, um artigo de Mendonça (1987 apud SPADER, 1998) sobre o qual discorre a autora:

relata a experiência de escolha de dirigentes dos complexos escolares e unidades escolares por professores, técnicos e funcionários, para um mandato de três anos, ocorrida em 1985 na rede pública do DF, no complexo escolar em Ceilândia. Segundo o autor, a administração participativa e colegiada foi perturbada pela indicação de alto dirigente pelo partido no poder. Com isso, instalou-se uma administração partidária paralela no órgão executor da política educacional. A demissão, por esse dirigente, de um diretor eleito, devido à discordância quanto à política assistencial escolhida pelo governo, causou grave crise. O autor conclui pela incongruência entre a eleição direta de diretores e a interferência do partido na máquina administrativa da educação pública. Por isso, o governo incluiu no acordo coletivo de trabalho que a direção era ‘cargo de confiança’, ou seja, a eleição não conferia mandato e o diretor era demissível. Os ocupantes dos cargos

⁸ Tratava-se de um projeto da Fundação de Assistência ao Estudante-FAE, que consistia na distribuição de 1.200 gramas de uma ração alimentar para os irmãos de 4 a 6 anos de alunos matriculados nas escolas públicas.

⁹ Informações obtidas na dissertação de mestrado de Erasmo Gagliardi, abordando O pensamento pedagógico brasileiro vigente e a prática desenvolvida no cotidiano de nossas escolas – O caso do Distrito Federal no período 1985/1990.

ficaram divididos entre as expectativas dos seus eleitores e a pressão do governo para que cumprissem o seu programa, daí surgindo a crise.

A segunda, uma pesquisa desenvolvida por Barbieri no ano de 1988 intitulada *Gestão Democrática da Escola Pública: o caso do Distrito Federal (1985-1988)*, relata que somente durante o processo de eleição para dirigentes escolares, em 1985, o envolvimento da comunidade foi relevante, pois as escolas não propiciaram ações contínuas, facilitadoras desta participação. De acordo com Spader a pesquisadora supracitada:

Apresenta o conflito que surge na visão dos atores envolvidos sobre a questão do “cargo de confiança” e “compromisso com os eleitores”. A autora deixa clara a necessidade de uma definição de propósitos comuns tanto por parte da administração central da instituição e dos outros níveis da administração, quanto da comunidade que integra o ambiente educativo. Acredita que os conflitos existentes serão administrados através da criação de mecanismos de participação e envolvimento dos elementos da escola. Esse conflito decorre do papel do diretor eleito, do mesmo estar hierarquicamente subordinado à estrutura formal do sistema, desempenhando uma função de confiança e, ao mesmo tempo, de ser comprometido com os eleitores. Quanto ao provimento do cargo, a pesquisadora registra como condição fundamental para ser diretor de uma escola a experiência acompanhada de formação, preparação e qualificação específica para o exercício. (SPADER 1988, p.32;33)

As pesquisas, os estudos e os documentos referentes à implantação da Primeira Experiência Institucional de Gestão Democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal revelaram contradições e conflitos que merecem ser identificados e analisados para que possamos entender o processo histórico vivenciado pela comunidade escolar no Distrito Federal acerca da gestão democrática da educação. Nesse sentido, faz-se imprescindível a caracterização da formação do Sistema de Ensino Público de Brasília.

2 - Implantação do Sistema de Ensino de Brasília.

Durante a construção da nova capital era preciso organizar um Sistema Educacional que atendesse as necessidades dos filhos daqueles que seriam os responsáveis pela

consolidação de Brasília. As escolas mais próximas ficavam nas atuais cidades de Planaltina¹⁰ e de Brazlândia,¹¹ distantes dos acampamentos onde habitavam os operários e suas famílias.

A NOVACAP- Companhia Urbanizadora da Nova Capital, criada para organizar a nova capital do Brasil, designou Ernesto Silva, um de seus diretores, como responsável pelo setor educacional, com a principal função de garantir o direito ao estudo de todos que dele necessitassem. Coube a Anísio Teixeira¹², diretor do INEP- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, elaborar o Plano de Construções Escolares de Brasília que objetivava, segundo Anísio “abrir oportunidade para a capital federal oferecer à nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do país.” (1961, p.195).

O Plano de Construções Escolares de Brasília era constituído, desde o ensino primário até o ensino superior, por um conjunto de edifícios com funções, formas e objetivos diversificados, com a finalidade de atender às necessidades específicas de ensino, de educação e de relações sociais.

A educação primária seria oferecida em Centros de Educação Elementar, compostos por Jardins de Infância, destinados às crianças de 4 a 6 anos de idade; Escolas-Classe, destinadas à educação intelectual e sistemática de menores nas idades de 7 a 14 anos; as Escolas-Parque, destinadas a complementar a tarefa das Escolas-Classe, por meio do

¹⁰ A cidade de Planaltina, pertencente ao Estado de Goiás foi fundada no ano de 1859, passando a integrar o Sistema de Ensino da Rede Oficial do Distrito Federal no ano de 1960.

¹¹ A cidade de Brazlândia, antiga Fazenda Chapadinha pertencente à Comarca de Santa Luzia, Estado de Goiás foi fundada no ano de 1932, passando a integrar o Sistema de Ensino da Rede Oficial do Distrito Federal no ano de 1961.

¹² Anísio Teixeira destacou-se por apresentar o desejo de modernizar a educação no país por meio de idéias inovadoras, cuja ênfase era pautada na educação básica e na formação de professores. Fez parte do Manifesto dos Pioneiros da Educação responsáveis pela elaboração do documento em defesa da escola pública, que preconizava pública (por ser administrada pelo Estado), laica (ensino desprovido de opção religiosa), gratuita (porque só assim todos teriam acesso ao mesmo tipo de educação) e universal (a mesma educação básica para todos).

desenvolvimento artístico, físico e recreativo da criança e atividades de iniciação para o trabalho.

Para cada quadra da cidade que previa abrigar uma população de 2.500 a 3.000 habitantes, estabeleceu-se a construção de um Jardim de Infância com quatro salas, atendendo 160 crianças e de uma Escola-Classe, com oito salas, atendendo 480 crianças. Para cada grupo de quatro quadras, uma Escola-Parque atenderia as crianças, em horário contrário ao das quatro Escolas-Classe.

A educação média ou secundária seria oferecida em Centros de Educação Média destinados a desenvolver cursos de humanidades, técnicos, comerciais e científicos, possuindo quadras de esportes, núcleo cultural, biblioteca, museu, administração e restaurante.

A educação superior seria oferecida pela Universidade de Brasília, a ser construída em área própria, com espaços para Institutos, destinados ao ensino científico básico e especializado, Faculdades, destinadas à formação intelectual e capacitação profissional e locais próprios para atividades administrativas, de recreação e culturais.

No dia 10 de setembro de 1957, inaugurou-se a primeira escola pública de Brasília, o Grupo Escolar nº 1 da Candangolândia, em seguida, denominada Escola Classe Júlia Kubitschek. O grupo de professoras¹³ da escola foi formado por filhas e esposas de funcionários da Novacap, portadoras de diploma de professor primário, expedido por escola oficial.

Havia a necessidade de escolher um dirigente escolar para atuar na única escola da cidade. Ernesto Silva (1984), no livro “A origem do Sistema Educacional de Brasília”, descreve o processo:

¹³ Algumas professoras foram selecionadas na cidade de Goiânia. Entre elas, uma era diretora de uma escola primária e outra tinha sido a primeira colocada na Escola Normal em 1956.

No princípio eram apenas oito e foi difícil escolher a diretora. Organizamos, então, um rodízio: cada professora dirigia a escola durante quinze dias e, no final, elas próprias, em votação, elegeriam a diretora. A escolhida foi a professora SANTA ALVES SOYER, cujo nome declino sempre com o maior respeito e admiração. Realizou ela trabalho sério e estafante durante toda a fase pioneira de Brasília, não só na direção do Grupo Escolar Número Um (GE-1) como, posteriormente, na organização de muitas outras escolas que construímos em Brasília. (DEPLAN 1984, p.19)

Ainda com relação à primeira escola de Brasília, cito o nome das primeiras professoras que lá atuaram: Maria Helena Parreiras, Amabile Andrade Gomes, Carmen Daher, Stela dos Cherubins Guimarães, Maria Antônia Jacinto, Maria do Rosário Bessa, Maria de Lourdes Brandão, Célia Cheir, Ana Leal, Maria de Lourdes Moreira dos Santos, Maria Helena de Lana Torres.

Percebe-se, assim, que a primeira escola no Distrito Federal teve sua diretora escolhida através de eleição, mesmo tendo participado apenas as professoras, caracterizando-se o processo como democrático e participativo.

Até dezembro de 1959, a Escola Classe Júlia Kubitschek coordenou o processo de implantação de novas escolas e de seleção de professores. O Decreto nº 47.472, de 22 de dezembro de 1959 instituiu a CASEB - Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília, com a atribuição de administrar o Sistema Educacional do Distrito Federal, que vinha sendo exercido pela NOVACAP. Criada pelo Ministério de Educação e Cultura, seus integrantes detectaram as dificuldades que existiam para que, à ocasião da inauguração de Brasília, o sistema público de ensino estivesse devidamente instalado e em funcionamento. As maiores dificuldades se encontravam, especificamente, no que se refere ao Ensino Médio. A CASEB realizou concurso nacional para seleção de professores de ensino médio e de ensino primário, para complementar o quadro pré-existente, da NOVACAP.

A escolha democrática dos dirigentes escolares não se manteve por muito tempo. Com a implantação do primeiro Centro de Ensino Médio, também denominado CASEB, houve a

necessidade de escolher um dirigente escolar. A escolha realizou-se entre membros da Comissão, e, segundo o depoimento de um ex-dirigente da escola, por meio da simpatia transmitida por um professor. (FONSECA apud MENDONÇA, 1998).

De acordo com o histórico do antigo DEPLAN- Departamento de Planejamento de Ensino, consta que no dia 17 de junho de 1960, foi criada a Fundação Educacional do Distrito Federal- FEDF, encarregada de executar a política educacional do Distrito Federal. Ainda conforme o supracitado documento, os cargos de dirigentes escolares eram indicados pelos diretores de departamentos e aprovados pelo Conselho Diretor.

Posteriormente, a Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964, estabelecia uma nova estrutura administrativa, instituindo a Secretaria de Educação e Cultura- SEC-DF, responsável pelo ensino elementar, médio, supletivo e com as atividades culturais e de intercâmbio e o decreto nº 422, de 16 de junho de 1965, estabelece a F.E.D.F. como órgão descentralizado, com personalidade jurídica.

Posterior à edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024 de 1961, foi instituído pelo decreto nº 171, de 7 de março de 1962, o Conselho de Educação do Distrito Federal, com a incumbência de orientar, normatizar e deliberar as atividades do Sistema de Ensino do Distrito Federal. Em 43 anos de funcionamento, o Conselho sofreu várias reestruturações, sendo que a última, que regulamenta sua finalidade, composição e funcionamento, ocorreu pela Lei Distrital nº 2.383, de 20 de maio de 1999.¹⁴

Após ter percorrido como se constituiu o Sistema Educacional de Brasília, bem como algumas experiências de gestão nele vivenciadas, vamos discutir sobre a relevância da Gestão Democrática da Educação.

¹⁴ Para maior aprofundamento sobre a criação do Sistema de Ensino de Brasília, ver dissertação de mestrado de Edna Rodrigues Barroso- Rotas, Planos, Pilotos: A Educação Pública do Distrito Federal nos anos 1990. Ano 2004.

3 - Gestão Democrática da Educação.

A gestão da educação brasileira, dos anos 1930 até 1970 , foi abordada sob a ótica da administração escolar, fundamentando-se no enfoque da administração pública, com características centralizadoras e burocráticas, as quais separam o trabalho manual do intelectual, reforçando assim, a divisão social do trabalho. Segundo Gadotti (2003, p.36), “a divisão social do trabalho na escola é agravada pelo fato de ela ser justificada pela ‘competência’, separando ‘especialista’ de professores.”

A dicotomia entre planejamento e execução, evidenciada nas ações realizadas na sociedade e nas práticas educacionais, propiciou a reação popular diante da negligência do Estado perante as necessidades da comunidade mais carente, fortalecendo a reivindicação dos movimentos populares, ao final da década de 1970, exigindo a implementação de políticas sociais que garantissem melhor qualidade de vida, destacando-se a importância da reflexão sobre a qualidade do ensino público.

O processo de redemocratização do Brasil ocorrido na década de 1980, em oposição ao regime militar, e a aspiração de uma sociedade mais participativa influenciaram a discussão dos trabalhadores da educação sobre mecanismos de participação na gestão educacional. Silva (2001a, p.124) ao desenvolver uma pesquisa sobre gestão e organização do trabalho na escola pública, afirma que “a luta e o desejo de uma sociedade mais aberta, democrática e participativa também estendia-se à educação e, mais especificamente, à escola,” favorecendo a luta da comunidade pela participação nas ações desenvolvidas no espaço escolar.

Cumprir destacar que os movimentos sociais se intensificaram na década de 1980, enfatizando as formas de relacionamento entre as diferentes esferas do poder, como afirmam (FONSECA, OLIVEIRA E TOSCHI 2004, p.62):

É nessa perspectiva que se delineia um novo sentido de gestão escolar, “a gestão democrática” entendida como a ação que prevê a descentralização pedagógica e administrativa como um meio para alcançar a autonomia da escola, deseja e implanta o funcionamento de colegiados que garantam uma participação mais decisória dos protagonistas escolares.

A década de 1980 foi marcada pelas diversas formas de manifestações realizadas pela sociedade e os trabalhadores da educação imprimiram suas marcas promovendo greves, que contaram com a participação popular, exigindo melhores condições de trabalho e de remuneração e promovendo a reflexão sobre a qualidade social da educação. Essas ações demonstravam a importância de construções coletivas para a garantia da valorização do magistério como profissão e das modificações na gestão educacional, o que corrobora a afirmação de Oliveira:

Nesse contexto é que o termo ‘gestão democrática da educação’ emerge significando a defesa de mecanismos mais coletivos e participativos de planejamento e administração escolar. (2002a, p.136)

Importante ressaltar que, para a gestão da educação ser democrática, faz-se necessária a participação da sociedade no processo de formulação, de execução e de avaliação da política educacional, por meio de mecanismos institucionais, pois a educação sendo um bem público e uma política pública de grande visibilidade, promoverá oportunidade de participação da comunidade na gestão pública.

Mendonça (2005), ao analisar a ruptura conceitual que a expressão gestão democrática trouxe para os estudos da administração educacional, defende a idéia de que o conceito de gestão democrática por ser forjado nas lutas sociais, supera a idéia de gestão como sinônimo de execução, enfatizando que a gestão acrescida do qualificativo democrática tem não apenas o sentido de um tipo de execução de procedimentos administrativos com características próprias da democracia. A expressão constituída pelas duas palavras carrega um novo sentido influenciado profundamente pelo movimento social que a constituiu. Por isso, gestão democrática é compreendida em sentido mais amplo, como um conjunto de procedimentos

que inclui as fases do processo da administração, desde a concepção de diretrizes de política educacional, passando pelo planejamento, pela definição de programas, de projetos, de metas, bem como suas respectivas implementações e procedimentos avaliativos.

Para se compreender a amplitude da gestão democrática como mecanismo de democratização da educação e conseqüentemente da sociedade, abordarei, no tópico a seguir, algumas considerações acerca da democratização da educação brasileira, destacando que para a realização desse trabalho considero a concepção de gestão democrática abordada anteriormente por Mendonça.

4 - Democratização da Educação, Reflexo das Lutas Sociais pela Redemocratização do Brasil.

Os movimentos sociais fizeram parte de nossa história, principalmente quando o assunto em pauta era a democracia. No início da década de 1980, a esperança de que a redemocratização do Brasil possibilitasse a ampliação dos direitos dos cidadãos levou a população a exigir o direito de eleger o Presidente da República, por meio do movimento pelas “Diretas, já¹⁵!”.

O movimento supracitado foi marcado pela mobilização de milhões de pessoas, que compareceram em passeatas e comícios, organizados por comissões suprapartidárias, com o objetivo de restabelecer a democracia no país, por meio de eleições diretas para a Presidência

¹⁵ **Diretas Já!** foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil, em 1984. Agregou diversos setores da sociedade brasileira. Participaram inúmeros partidos políticos de oposição ao regime, além de lideranças sindicais, civis, estudantis e jornalísticas. Destacaram-se os políticos Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, André Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Teotônio Vilela, José Serra, Luis Inácio Lula da Silva, Eduardo Suplicy, Leonel Brizola, Miguel Arraes entre outros. Em janeiro de 1984 o comício realizado na Praça da Sé, no centro da cidade de São Paulo, reuniu 300 mil pessoas que exigiam Eleição Direta para Presidente da República. No dia 16 de abril, pouco antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, realizou-se um último comício em São Paulo. Só que desta vez, a Praça da Sé parecia muito pequena. Foi escolhido então o Vale do Anhangabaú, que recebeu uma multidão estimada em mais de 1,5 milhão de pessoas. Foi a maior manifestação de rua jamais vista no País.

da República. Gohn (2001, p.133) afirma que “talvez no futuro a História venha registrar este movimento como o maior movimento ocorrido no Brasil no século XX, ou até mesmo na História do país”.

Configurando-se como importante força no processo de redemocratização do país, é fundamental citar a militância do Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB. Este partido nasceu a partir do extinto MDB - Movimento Democrático Brasileiro, o que não pode ser considerado como um partido velho, com roupas novas, mas o ex MDB com menos roupas, porque no início de sua organização, perdeu 70 dos 189 deputados e 5 dos 25 senadores. (FLEISHER 1988 apud GRACINDO 1994).

Ressalto que a fundação do PMDB ocorreu no dia 15 de janeiro de 1980, sendo aclamado presidente do partido o então Deputado Ulisses Guimarães. Após um ano de sua fundação, o PP - Partido Progressista, considerado o partido de Tancredo Neves, incorporou-se ao PMDB.

O PMDB, por meio do Deputado Dante de Oliveira,¹⁶ apresentou uma Emenda Constitucional que garantia o direito da população de eleger novamente o presidente da República. A referida emenda foi rejeitada pelo Congresso Nacional, mesmo havendo um forte nível de pressão popular.

A derrota no Congresso incentivou a organização de uma aliança entre políticos de correntes distintas. Assim, nasceu a Aliança Democrática, composta por políticos do PMDB e

¹⁶ Dante de Oliveira, eleito Deputado Federal em 1982 pelo PMDB, assumiu em 1º de janeiro de 1983 e desde então, começou a coletar assinaturas para apresentar o projeto de Emenda Constitucional que estabelecia eleições diretas (170 assinaturas de Deputados e 23 de Senadores). No dia 2 de março de 1983 finalmente apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5. Em 25 de abril de 1984, sob grande expectativa dos brasileiros, a emenda das eleições diretas foi votada, obtendo 298 votos a favor, 65 contra e 3 abstenções. Devido a uma manobra de políticos contra a redemocratização do país, não compareceram 112 Deputados ao plenário da Câmara dos Deputados no dia da votação. A emenda foi rejeitada por não alcançar o número mínimo de votos para a sua aprovação.

dissidentes do Partido da Democracia Social- PDS que formaram o PFL- Partido da Frente Liberal.

Sanches (2005) discorre que a luta pela democratização do país efetivou-se por meio de grandes manifestações populares, que pleiteavam a eleição de Tancredo Neves. Em agosto de 1984, com o apoio da Frente Liberal, o PMDB lançou no plenário da Câmara dos Deputados, Tancredo Neves para presidente e José Sarney para vice, com o propósito de concorrer no colégio eleitoral, montado pelo próprio Governo.

No dia 15 de janeiro de 1985, essa chapa foi eleita pelo Congresso, na condição de colégio eleitoral, o que marcou nova fase de nossa história, pois deu início a “Nova República”.

Destaco o fato de que a posse de Tancredo Neves, marcada para o dia 15 de março de 1985 não aconteceu, pois o presidente eleito adoeceu no dia anterior, vindo a falecer no dia 21 de abril do mesmo ano. O vice-presidente eleito, José Sarney, assumiu a Presidência da República, interinamente até o dia 21 de abril e, no dia 22 de abril, teve sua posse concretizada.

Acerca das considerações acima, creio ser importante pensarmos na reflexão de Oliveira (2002) que traduz o processo de redemocratização do Brasil:

Indo ao ponto direto, essa queda da ditadura ocorre ao abrir-se o período chamado redemocratização, período que se inaugura sob a presidência de Tancredo Neves, uma espécie de viúva Porcina porque foi sem ter nunca ter sido, o que é imediatamente substituído por José Sarney, como todos vocês sabem, no primeiro ato inconstitucional da chamada Nova República. Interessante ver que a Nova República nasce inconstitucionalmente. Nasce já rasgando a Constituição, porque pela Constituição quem deveria ter assumido o lugar que nunca foi ocupado, teria sido o presidente da Câmara, que é o sucessor, o terceiro na linha de sucessão. Vejam que a república mesmo afastando-se da monarquia guarda qualquer semelhança com ela... isto é a transição à brasileira. Como pirão à brasileira, essas coisas mexidas sem forma. (2002b, p.41)

A expressão "Nova República", criada por Ulysses Guimarães para designar o plano de governo da Aliança Democrática, foi assumida por José Sarney como sinônimo de sua gestão. No dia 10 de maio de 1985, uma Emenda Constitucional restabeleceu as eleições diretas para as prefeituras das cidades consideradas pelo regime militar como áreas de segurança nacional¹⁷. A emenda garantia, também, o direito de voto aos analfabetos e aos jovens maiores de 16 anos, além de extinguir a fidelidade partidária e abrandar as exigências para registro de novos partidos. Isso permitiu a legalização do PCB - Partido Comunista Brasileiro e do PC do B - Partido Comunista do Brasil. A mais importante medida dessa Emenda foi a convocação de uma Assembléia Constituinte¹⁸ objetivando a construção de uma nova Constituição Federal.

Interinamente no cargo de Presidente da República, José Sarney nomeou Ronaldo da Costa Couto, Ministro do Interior como Governador do Distrito Federal, o qual acumulou as duas funções durante trinta dias, sendo o responsável por nomear para a Secretaria de Educação e Cultura o jornalista Roberto Pompeu de Souza Brasil, integrante da ala progressista do PMDB. Merece destaque o fato de que o jornalista Pompeu de Souza fazia parte da Associação Brasileira de Imprensa- ABI, era professor da Universidade de Brasília- UnB e participava de movimentos sociais organizados que se opunham à ditadura do regime militar.

Após sua posse como Presidente da República, no dia 22 de abril daquele mesmo ano, José Sarney nomeou como governador do Distrito Federal José Aparecido de Oliveira, deputado federal do PMDB, representante do estado de Minas Gerais, que ocupava desde o início do governo da Nova República o cargo de Ministro da Cultura.

¹⁷ Para maior aprofundamento ver Luiz Antônio Cunha- Educação, Estado e Democracia no Brasil- 2005, capítulo 1.

¹⁸ A Assembléia Constituinte, responsável pela elaboração da Nova Constituição Federal, era composta por um Congresso já eleito, sendo dois senadores eleitos por voto direto e o terceiro indiretamente, indicado pela Assembléia Legislativa de cada Estado. Sendo, pelo motivo da indicação pela Assembléia Legislativa, ironicamente chamados pela população de senadores biônicos.

O governador José Aparecido, ao compor o seu secretariado, manteve Pompeu de Souza, jornalista respeitado por sua combatividade ao autoritarismo presente na sociedade brasileira, no cargo de Secretário de Educação e Cultura, que, por sua vez, designou o ex-professor da Fundação Educacional, Fábio Bruno Vieira Bueno para o cargo de Diretor Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal- FEDF.

A professora Eva Waisros Pereira¹⁹ foi designada pelo Diretor Executivo da FEDF para dirigir o Departamento Geral de Pedagogia - DGP responsável pela coordenação das atividades pedagógicas dos Complexos Escolares e das escolas da rede oficial de ensino. É importante destacar que esta era professora da FEDF e que durante o período citado não tinha vinculação partidária com o PMDB, partido que ocupava o Governo do Distrito Federal-GDF. Conforme suas palavras, por ocasião de entrevista realizada para esta pesquisa:

... a minha indicação como Diretora Geral do Departamento de Pedagogia , surgiu no meio do Sindicato, houve um abaixo-assinado que contou com diversas assinaturas de professores. Evidentemente que havia articulação de um outro nome partindo do PMDB, mas a força do movimento que partiu do Sindicato dos professores acabou prevalecendo, houve uma famosa assembléia na Escola Normal de Brasília, que acabou tendo o meu nome aclamado, acabei aceitando. Eu relutava um pouco, porque na verdade tinha feito mestrado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, mas continuava como professora da Escola Normal, discutindo já as novas idéias que circulavam no meio acadêmico sobre a educação...achei estranho minha indicação para o cargo, pois o não descarto ser legítimo que o partido político no poder, tivesse primazia na escolha de cargos, era estranho que pessoas que não tinham uma filiação partidária com o partido no poder fosse indicada para esse cargo de muita importância , mas se alegava à época que este cargo era técnico e que deveria ser ocupado por alguém vinculado à área de educação.(GS2)

Cabe destacar que mesmo a professora Eva Waisros não tendo uma filiação partidária, sua indicação é considerada política, pois foi pautada nas ações realizadas pelo movimento sindical.

¹⁹ A professora Eva Waisros Pereira saíra das bases do magistério da Fundação Educacional do Distrito Federal, teve sua indicação para o cargo de Diretora do Departamento Geral de Pedagogia efetivado através de um abaixo assinado, com milhares de assinaturas.

Ainda com relação à entrevistada acima, posso dizer que ao tomar posse, começou a trazer à tona a discussão sobre a reestruturação da proposta curricular da FEDF. Essa discussão foi construída de forma coletiva, pautada na Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos²⁰ - PCSC.

Cabível de destaque que essa iniciativa inaugura uma prática inovadora na FEDF, tendo em vista que a participação do professor era restrita à sala de aula e a tarefa de planejar era atribuída aos especialistas em educação.

A afirmação acima é confirmada por Mendonça (1987), em um artigo que aborda a eleição de diretores no sistema público do Distrito Federal, explicitando que:

A partir da ocupação dos principais cargos políticos ligados à área pedagógica, o DGP iniciou um processo de discussão dos currículos e programas, envolvendo de forma sistemática e em diversas fases, todos os professores da rede oficial. Esse trabalho culminou com a redefinição das propostas programáticas das diferentes atividades, áreas de estudos e disciplinas, fundamentando essas propostas na Pedagogia Crítico- Social dos Conteúdos. Vale ressaltar que a participação dos docentes nesse processo foi a mais ampla possível, guardadas as limitações que todo trabalho participativo de grande porte possui. (1987, p.52)

Essa participação extrapola a mera presença dos professores nos fóruns de discussão, à medida que segundo Mendonça:

Esses documentos, elaborados a milhares de mãos, tornaram-se diretrizes pedagógicas da SEC-DF para o ensino de 1º e 2º graus, aprovados, mais tarde, pelo Conselho de Educação do DF pelos pareceres 22/86 e 19/86, respectivamente, imprimindo no ensino das escolas da rede oficial princípios da pedagogia crítico social e marcando um novo posicionamento assumido pela SEC-DF, de superar o caráter tecnicista arraigado na educação brasileira pelo regime militar e de valorizar o ensino público comprometido com as classes populares. (1987, p.52)

A partir das reflexões descritas acima e com base na análise documental e nas entrevistas realizadas, evidenciei que as mudanças referentes à gestão da educação na Rede de

²⁰ Cabe destacar que a expressão Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos é de autoria de José Carlos Libâneo e que segundo o autor situa-se na linha denominada Pedagogia Progressista, afirmando que a atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhes um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização da sociedade. (LIBÂNEO, 1985 p.39).

Ensino Público do Distrito Federal ocorreram por força da concepção dos gestores do sistema de ensino no tocante à função social da escola, que se materializava numa escola voltada para a vida, ou seja, para a cidadania. Ao perceber as idéias acerca da construção da cidadania por meio da escola, abordarei , no item abaixo, o processo de gestão democrática vivenciado no período sob análise.

5 - Gestão Democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

Após a reinstitucionalização do regime democrático no Brasil, no ano de 1985, a Rede de Ensino Público do Distrito Federal vivenciou pela 1ª vez a implantação de um processo institucionalizado de Gestão Democrática.

A implantação do processo de Gestão Democrática trouxe mudanças que ocorreram não apenas no aspecto pedagógico. Os Complexos Escolares e as escolas também passariam por mudanças nas suas administrações. Primeiramente, ocorreu um processo de consulta às comunidades escolares para a indicação de nomes para o provimento dos cargos durante nove meses, ocorrendo no mês de novembro as eleições para os cargos efetivos de dirigentes escolares.

As eleições ocorreram porque foi firmado um Acordo Coletivo²¹ entre o Sindicato dos Professores do Distrito Federal – SINPRO e a Secretaria de Educação- SEDF que estabelecia, a partir de 1985, a participação da comunidade escolar na escolha dos dirigentes escolares. O fato evidenciou a influência do processo de redemocratização do país, na gestão da educação no Distrito Federal, pois a comunidade passou a exigir maior participação nas ações realizadas na escola.

²¹ Cláusula 49 do Acordo Coletivo de Trabalho 1985/1986, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e ao Sindicato dos Professores do Distrito Federal.

Freitas (1996) desenvolveu uma dissertação de mestrado abordando a contribuição do movimento sindical para a implantação da gestão democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal, explicitando as normas previstas na cláusula XLIX do Acordo Coletivo que regulamentou a eleição para dirigentes escolares no ano de 1985. No que se refere à eleição dos dirigentes dos Complexos Escolares, destaca que:

As normas que visavam à regulamentação do processo de escolha dos dirigentes escolares por meio de eleições diretas foram elaboradas por uma comissão paritária composta por representantes da FEDF e do SINPRO-DF. Para a eleição dos diretores dos Complexos Escolares poderiam candidatar-se os professores e especialistas em educação, estatutários e/ou celetistas, que tivessem vínculo como professor ou especialista na FE e, no mínimo, um ano de exercício no Complexo Escolar para o qual estivessem se candidatando. Seriam eleitores os professores, os especialistas em educação e os demais servidores, estatutários e/ou celetistas, em exercício no Complexo Escolar. (1996, p.54)

Cabe ressaltar que Freitas chama a atenção para a forma como foi organizada a eleição para diretor escolar e de quais critérios foram estabelecidos para que o processo se realizasse, tanto em relação às condições para a candidatura quanto para os eleitores:

As normas para a eleição dos diretores das unidades de ensino foram mais detalhadas, pois envolviam um colégio eleitoral mais amplo e, além dos servidores e professores, participavam do processo eleitoral os pais e os alunos. Para o cargo de diretor de escola poderiam concorrer tanto professores como especialistas em educação, estatutários ou celetistas, com exercício de no mínimo um ano no Complexo Escolar a que pertencia a escola.

Para votarem para diretor de escola, os alunos teriam que ser matriculados na escola e ter mais de dezoito anos. O pai ou a mãe, ou ainda o representante legal de aluno poderia votar representando o filho menor de dezoito anos. Caso o pai ou a mãe ou, ainda, o representante legal tivesse mais de um filho na escola, só poderia votar uma única vez. (1996, p.54)

A legislação elaborada de forma criteriosa tratava também das possíveis vacâncias no cargo de diretor, nesse sentido é importante destacar que a legislação assegurava o princípio da escolha direta também em situações desta natureza, reafirmando portanto, o caráter democrático da eleição direta como princípio norteador da definição dos dirigentes escolares. Ainda, conforme Freitas (1996):

Outro ponto relevante contido nas normas para a realização das eleições de diretores de escolas referia-se à vacância do cargo de diretor, por qualquer motivo. Caso esta ocorresse, nova eleição deveria ser convocada dentro do prazo de trinta dias. (1996, p.55)

A assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a FEDF e o Sindicato dos Professores que determinava a realização de eleições para o cargo de dirigente escolar para um período de três anos, ressalvada a condição de tratar-se de “cargo de confiança,”²² garantiu ao governo a exoneração de um diretor de escola e, logo após, a exoneração do diretor de um Complexo Escolar que, segundo os gestores da FEDF, não cumpriam as determinações da Instituição.

No tocante ao processo de escolha de diretores, Paro (2000) sinaliza uma importante consideração acerca deste assunto:

Um dos assuntos mais polêmicos no que diz respeito à administração da escola pública hoje refere-se à maneira pela qual se provê o cargo de diretor. Grosso modo, podemos distinguir três formas para esse provimento: nomeação, concurso e eleição. A nomeação pura e simples pode dar-se com a exigência prévia de qualificação específica e um mínimo de experiência, ou por questões político-clientelistas ou uma combinação dos dois critérios. De qualquer forma, ela encerra sempre um alto grau de subjetividade, propiciando um sem-número de injustiças e irregularidades, já que não existe um critério objetivo, controlável pela população, que, além de garantir o respeito aos interesses do pessoal escolar e dos usuários, possa também evitar o favorecimento ilícito de pessoas, ferindo o princípio da igualdade de oportunidades de acesso ao cargo por parte dos candidatos. Por esses motivos, a nomeação para o cargo de diretor de escola é, com razão, condenada por todos aqueles interessados na boa gestão da escola pública. (2000, p.109)

Cumprê destacar que os dirigentes eram eleitos e não nomeados. O limite imposto pela lei que conferia ao cargo a condição de “cargo de confiança”, é que reduzia a escolha democrática em certas circunstâncias, apresentando semelhanças com a nomeação discorrida por Paro, anteriormente.

²² O Acordo Coletivo estabeleceu o cargo de dirigente escolar como cargo de confiança, não conferindo mandato, permitindo que em situações divergentes, o gestor da Fundação Educacional exonerasse dirigentes escolares de seus cargos, ignorando a participação da comunidade escolar.

Cabe ressaltar, como foi visto anteriormente, que os dirigentes escolares haviam sido eleito pela comunidade escolar, em novembro de 1985, numa eleição onde a participação foi de cerca de 500 mil pessoas, envolvendo trabalhadores da educação, estudantes maiores de dezoito anos e pais de estudantes menores, constituindo-se, segundo Mendonça (1998, p.18) “no maior processo eleitoral já visto por uma cidade proibida de escolher diretamente seus dirigentes políticos”.

No dia 09 de novembro de 1985, ocorreu a 1ª eleição direta para diretores dos 16 Complexos Escolares e diretores das 413 escolas da Rede de Ensino Público do Distrito Federal²³, com mandato previsto de três anos.

Importante destacar que a eleição realizou-se com ampla participação da comunidade escolar, constituindo-se assim fato inédito, pois, pela primeira vez, ocorreu uma eleição deste porte, já que, à época, o Distrito Federal não possuía representação política, só a adquirindo a partir do ano de 1986, quando foi formado o Congresso Constituinte, compondo-se de oito deputados federais e dois senadores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/71, vigente à época, exigia habilitação específica para os dirigentes escolares. A Resolução nº 01/74 do Conselho de Educação do Distrito Federal determinava que os estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus deveriam ser dirigidos por especialistas e administradores, formados em cursos específicos, de nível superior.

Acerca da afirmação acima, Paro ressalta que:

... uma questão essencialmente política, que é a recusa do estado em fornecer ensino de boa qualidade e o afastamento da gestão escolar daqueles que poderiam pressioná-lo no sentido oposto, ganha conotação eminentemente técnica, ao exigir que o diretor tenha cursado Habilitação de Administração Escolar, como se os belos “princípios e métodos de administração” aprendidos em tal curso dessem ao futuro diretor alguma instrumentalização

²³ V. Correio Braziliense. Milhares vão às urnas. Brasília, 10/ nov. / 85, p. 39.

que o ajudasse a enfrentar os complexos problemas de uma escola real, que não se encontra em nenhum manual de administração (empresarial). (2004, p.23)

No tocante às exigências constantes da Resolução retrocitada, aponto o fato de que alguns dos eleitos não atendiam a exigência determinada também na LDB. A Fundação Educacional do Distrito Federal, baseada na Legislação, propôs à Secretaria de Educação instituir, em caráter experimental, pelo período de três anos, a direção colegiada, inicialmente nas escolas em que o diretor eleito não tivesse habilitação específica para o cargo.

Nesse sentido, o Conselho de Educação do Distrito Federal- CEDF, por meio da Resolução nº 96/85, autorizou a instituição da direção colegiada, composta por um diretor superintendente, eleito pela comunidade escolar, sendo o presidente nato do Conselho Diretor; um diretor pedagógico, habilitado na forma exigida pela Lei, designado pelo Diretor Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal; coordenadores de atividades, áreas de estudo e/ou disciplinas, escolhidos pelas respectivas equipes docentes, até o número de 08 representantes e 08 conselheiros representantes da comunidade escolar, indicados pelos alunos maiores de 18 anos.

A direção colegiada foi instituída em 100 estabelecimentos de ensino para o período de 1986 a 1988, ano que ocorreria novamente eleição direta para o provimento dos cargos de dirigentes escolares na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

Com relação ao aspecto pedagógico, uma das primeiras ações proporcionadas pelo então Departamento Geral de Pedagogia foi a discussão acerca do currículo e dos programas que fundamentavam as atividades desenvolvidas na Rede de Ensino Público do Distrito Federal. Esse currículo desenvolvia-se fundamentado na Pedagogia Tecnicista, que segundo Saviani:

... a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia

advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. (2003, p.12)

Ressalto, ainda, que a concepção da pedagogia tecnicista emergiu com a instauração do regime militar no Brasil no ano de 1964, onde tecnocratas do ensino priorizaram a linha profissionalizante de mão-de-obra para formar trabalhadores com maior rapidez. Meksenas ao analisar as tendências pedagógicas conservadoras no Brasil afirma que:

... a maior preocupação dos introdutores da tendência tecnicista no Brasil era evitar ao máximo que a escola fosse local de debate e questionamentos da vida nacional e, nesse contexto político, a proposta tecnicista parecia ser a ideal. (2000, p.51)

Ao refletir sobre a Primeira Experiência de Gestão Democrática no Distrito Federal, evidencio também a amplitude da participação dos docentes no processo de elaboração do novo programa pedagógico, cuja discussão resultou na construção de uma nova proposta programática fundamentada na Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos que tinha como princípio a escola como espaço privilegiado de transformação social. Esta tendência pedagógica objetivava um ensino onde educador e educandos tivessem posturas ativas, possibilitando o acesso ao conteúdo tradicional acumulado durante a história da humanidade e, também, uma postura reflexiva e crítica diante da realidade social.

No tocante a elaboração da nova proposta pedagógica da Fundação Educacional do Distrito Federal os gestores do sistema de ensino com a intenção de efetivar a democratização escolar, propiciaram a elaboração coletiva de documentos no sentido de subsidiar diretrizes pedagógicas da Rede de Ensino Público. Tais propostas foram aprovadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal- CEDF. Mendonça evidencia que:

... foi a partir dessas diretrizes pedagógicas que um grande esforço foi encetado, na tentativa de fazer da escola pública no Distrito Federal uma escola reflexiva, questionadora, preocupada com a construção do senso crítico de seus alunos. (1987, p.52)

Sobre as diretrizes mencionadas por Mendonça (1987), a Professora Eva Waisros afirma que após a estruturação das propostas curriculares houve o encaminhamento ao Conselho de Educação do Distrito Federal, onde coube a entrevistada defendê-las, acompanhar sua aprovação e em seguida viabilizar sua concretização nas escolas da Rede Pública do Distrito Federal.

A entrevistada afirmou que houve a implantação das diretrizes curriculares construídas coletivamente. No entanto, não posso considerar que as relações e as ações democráticas foram cumpridas na íntegra, pois o Acordo Coletivo de Trabalho²⁴ celebrado entre a FEDF e o Sindicato dos Professores que determinava a realização de eleições para o cargo de dirigente escolar para um período de três anos, ressalvada a condição de tratar-se de “cargo de confiança”²⁵ não foi cumprido, pois, a condição do cargo de confiança garantiu ao governo a exoneração de um diretor de escola e do diretor de um Complexo Escolar por não cumprirem, segundo os gestores da FEDF, as determinações da Instituição.

Cabível relembrar, como foi visto anteriormente, que o diretor exonerado do Complexo Escolar havia sido eleito pela comunidade escolar, portanto, a ação praticada por gestores da FEDF, evidenciou a incompatibilidade entre modelos burocráticos e ações democráticas, demonstrando a dificuldade de haver gestão democrática em instituições caracterizadas pela estrutura administrativa burocratizada, centralizada e verticalizada marcada pela herança discriminatória e hierárquica existente na sociedade brasileira.

As idéias descritas neste capítulo nos permitem refletir acerca de educação, sociedade, cidadania, direitos, participação, gestão e democracia. Tais concepções revelam o eixo norteador das práticas realizadas no Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, pois foi

²⁴ Cláusula 49 do Acordo Coletivo de Trabalho 1985/1986, celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e ao Sindicato dos Professores do Distrito Federal.

²⁵ O Acordo Coletivo estabeleceu o cargo de dirigente escolar como cargo de confiança, não conferindo mandato, permitindo que em situações divergentes, o gestor da Fundação Educacional exonerasse dirigentes escolares de seus cargos, ignorando a participação da comunidade escolar.

possível evidenciar por meio da análise documental e dos relatos dos sujeitos entrevistados que houve tentativas de democratização da gestão da educação por parte dos gestores que à época ocupavam cargos na administração central da Secretaria de Educação e da Fundação Educacional do DF.

No capítulo seguinte, será analisada, à luz das entrevistas realizadas e dos documentos pertinentes ao tema da pesquisa, de que forma a concepção de educação relatada pelos entrevistados pode favorecer ou inviabilizar a democratização da gestão escolar.

CAPÍTULO II - CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO DA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Em lugar da decretação de uma nova História sem classes sociais, sem ideologia, sem luta, sem utopia, e sem sonho, o que a cotidianidade mundial nega contundentemente, o que temos a fazer é repor o ser humano que atua, que pensa, que fala, que sonha, que ama, que odeia, que cria e recria, que sabe e ignora, que se afirma e que se nega, que constrói e destrói, que é tanto o que herda quanto o que adquire, no centro de nossas preocupações.

Paulo Freire

1 - Ações Coletivas e Participação na Efetivação da Gestão Democrática.

Este capítulo apresenta a concepção dos sujeitos entrevistados sobre educação, categoria esta que emergiu após a análise das entrevistas. Com o objetivo de situar o leitor, apresentarei um quadro que revela a concepção de educação dos atores partícipes da pesquisa. Ressalto que as questões que permitiram a definição da pesquisadora acerca das concepções dos entrevistados foram as que abordavam o surgimento da discussão sobre o currículo e os programas que norteavam as atividades pedagógicas realizadas na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

QUADRO II - CONCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE EDUCAÇÃO

Entrevistado	Concepção de educação
GS1	Fundamentada nas ações coletivas.
GS2	Educação como transformação social.
GS3	Educação para transformação das relações sociais.
F	Educação pautada nas relações sociais.
P	Prática educativa direcionada à realidade do aluno.
S	Educação para seres humanos, que possibilite a formação de pessoas críticas.
GE1	Educação escolar desvinculada de política partidária.
GE2	Educação como reprodução social.

No tocante à concepção de educação, esta categoria de análise surgiu a partir do relato dos sujeitos entrevistados. Das reflexões desenvolvidas por cada um acerca do processo educativo busquei apreender a concepção que perpassa as falas dos sujeitos sociais.

Ao considerar a educação como prática social, vemos que GS1, GS2, GS3, F, P e S têm concepções semelhantes, demonstrando a preocupação com uma educação que proporcione a participação ativa dos sujeitos na sociedade. No entanto, chamo a atenção para as palavras de uma das gestoras do sistema que sinaliza o quanto esta prática social foi desenvolvida de forma elitista ao longo da história:

... a escola historicamente vinha sendo um local de distribuição desigual do saber destinada às classes privilegiadas, independente da grande maioria marginalizada, que mesmo dentro da bandeira da universalização, conseguia aos poucos ascender e progredir dentro do sistema de educação. (GS2)

A gestora destaca também o caráter reprodutor que a educação assumiu, principalmente durante a ditadura militar, que mesmo tendo ampliado o acesso, implementava a educação numa perspectiva de instrumentalizar a classe trabalhadora:

com a ditadura houve o que o gente viu, a instalação de um outro tipo de educação, uma educação digamos privilegiada, isso não temos dúvida, questão numérica, do ponto de vista da qualidade, educação voltada para instrumentalizar o trabalhador para um trabalho subalterno, e ao mesmo tempo uma educação tecnicista, voltada para formar mão-de-obra destinada a uma minoria num padrão de qualidade pra prosseguir nos demais níveis superior, pra formar um inteligente certo. Então essa questão histórica da educação prevalecia de forma muito mais acentuada, porque a questão do desenvolvimento econômico se traduzia na educação como mero instrumento para atingir seus objetivos de ordem econômica. (GS2)

Importante destacar a preocupação da gestora do sistema público de ensino, quanto a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo escolar, envolvimento que garanta a formação da cidadania comprometida com a transformação da sociedade:

então o que a gente tinha era que reverter isso, repensar essa educação, tendo em vista não só assegurar a quantidade e a qualidade da distribuição do conhecimento, e não o conhecimento pelo conhecimento, mas especialmente tendo em vista a formação do cidadão que é muito mais. Essa parte de produção é um aspecto dentro de uma série de uma demanda que é a formação de uma cidadania, o sujeito ser capaz de participar ativamente da sua sociedade, servir como meio de transformar o indivíduo competente e feliz...(GS2)

Brandão (2002), ao discorrer sobre a proposta político-pedagógica de uma educação libertadora pontua a importância do diálogo, do aprender com o outro. Nesse sentido, cabe perceber a gestão como muito mais que a mera execução, ressaltando a importância da participação de todos os segmentos no processo de planejamento, execução e avaliação das ações realizadas no espaço escolar, ressaltando que:

A proposta político-pedagógica de uma educação libertadora pode ser objeto de um Decreto oficial. Mas a liberdade necessária para pensá-la, para torná-la objeto de um diálogo livre e para aceitar as diferentes maneiras de pô-la em prática, isto não se decreta, bem sabemos. Isto se constrói através do debate entre posições e vocações convergentes, diferentes e divergentes. E é por este caminho que educadores se educam e educam aos que, por algum momento, assumem postos de poder na gestão da própria educação. (2002, p.141)

A citação relatada anteriormente aborda a importância do diálogo livre e da construção como elementos da educação. Em observância a estas questões, uma das professoras entrevistadas sinaliza que:

A prática educativa deve ser pautada na realidade do nosso aluno, pois éramos tão autoritários com os nossos alunos quanto os diretores eram com a gente. Era uma cadeia, se a gente examinar com atenção era um pouco isso, a prática que nós exercíamos ela era muito parecida com a que os diretores faziam... (P)

O relato acima demonstra a preocupação da professora com a prática pedagógica voltada para a realidade do estudante, uma prática que tenha significado para a vida, porém evidencia também a sua percepção de que devido ao autoritarismo praticado na sociedade e, principalmente no ambiente escolar existam as relações verticalizadas, ocorrendo assim, as relações de poder.

De acordo com Brandão (2002), os sujeitos aprendem entre si, inclusive os educadores que assumem postos de poder na gestão da educação. Em acordo com a afirmação acima uma das entrevistadas aborda a importância dos momentos de discussão coletiva propiciados pelos gestores do Departamento Geral de Pedagogia da FEDF:

... os momentos criados para a reflexão coletiva nos ajudaram a enxergar um pouco melhor, e aí eu falo até do ponto de vista pessoal, na escola que eu trabalhava, tais momentos nos ajudaram a enxergar um pouco melhor essa questão. Começa a se decidir como as coisas deveriam ser pensadas, nesse sentido, é um salto de qualidade, pois os professores começam a refletir melhor a sua prática. Então nós tivemos um movimento muito interessante, só isso pra mim representa do ponto de vista da democracia, do exercício da cidadania, eu penso que foi determinante. (P)

Segundo Tragtenberg (2002), o professor é submetido a uma hierarquia administrativa e pedagógica que o controla. Ele mesmo, quando demonstra qualidades excepcionais, é absorvido pela burocracia educacional para realizar a política do Estado, portanto, da classe dominante em matéria de educação para o fortalecimento de órgãos das secretarias de educação, em detrimento do maior enfraquecimento da escola. Com base nas idéias acima, uma das entrevistadas afirma que “os professores tiveram muitos limites, pois vinham de uma

trajetória de cala-boca, de não participação”, ressaltando que a participação não é algo que se inaugura da noite para o dia. (P)

Quanto ao processo de participação e de reflexão coletiva mencionados acima, um dos gestores do sistema confirma a relevância deste processo, ao relatar que as ações promovidas pelos gestores da Fundação educacional do Distrito Federal eram realizadas coletivamente:

Tudo era discutido em equipe, tudo em equipe, coisas que nunca ninguém tinha vivenciado até então, e eu acho que foi uma era revolucionária na educação da Rede Ensino Público do Distrito Federal, o que viabilizou a prática democrática dentro das escolas. (GS1)

As falas analisadas até aqui demonstram a relevância da participação e do diálogo como elementos essenciais à educação e a construção do exercício da democracia. Cabe salientar o caráter inovador da gestão do sistema, percebido nas ações realizadas, que garantem a participação dos sujeitos envolvidos no processo escolar. No entanto, relembando as dificuldades relatadas na fala da professora, quanto à efetivação da participação de professores no processo, uma gestora escolar confirma a idéia acima, ao discorrer:

Nós tínhamos o encontro na escola, e depois um encontro no Complexo, o Complexo também tinha essa política de fazer esse trabalho, e era um trabalho muito bom. Mesmo quando éramos contrários às idéias, realizávamos, porque quando a gente via o comportamento e o posicionamento na sala de aula, um trabalho bom porque não a gente aceitar? Acredito na hierarquia, pois se existe é para ser observada e cumprida. Se eu não vou cumprir determinados princípios, determinadas normas, é melhor que eu saia para não ir de testa nesse sentido. (GE2)

Participar em diferentes níveis é, segundo Bordenave, “fazer parte, tomar parte e ter parte”. Ainda conforme este autor é possível fazer parte sem tomar parte, pois a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte:

A democracia participativa seria então aquela em que os cidadãos sentem que, por “fazerem parte” da nação, “têm parte” real na sua condução e por isso “tomam parte” -cada qual em seu ambiente- na construção de uma sociedade da qual se “sentem parte”. (1994, p.23).

Cabível de destaque as idéias discorridas por Bordenave sobre participação por nos permitirem refletir acerca do relato feito anteriormente por uma das gestoras escolar no tocante aos encontros realizados na escola e depois no Complexo Escolar, pois, observo que ainda que a atora entrevistada reconhecesse a importância da participação, continuava submetida à lógica da obediência hierárquica, mesmo quando era contrária às idéias discutidas.

Ao reconhecer as faces que compõem a efetivação da gestão democrática, dentre elas, a preocupação com que todos os segmentos de educação participem das ações que esta abraça, e considerando a citação de Bordenave abordada anteriormente, percebo que os funcionários da educação não tomavam parte do processo, como afirma um dos entrevistados:

Essa parte pedagógica normalmente quem cuida mais são as pessoas que atuam diretamente, até porque nós não temos a tradição de que, quem é funcionário da carreira administrativa trabalhe nas discussões pedagógicas.
(F)

Durante a realização das entrevistas evidencia-se nas falas de alguns dos atores entrevistados a preocupação da participação nas discussões pedagógicas, dos professores, não demonstrando o reconhecimento de que a participação em todas as ações realizadas no ambiente escolar, para ser efetivada necessita de representantes de todos os segmentos. Ressalto que os entrevistados reconhecem a importância da participação de todos os segmentos em todas as práticas desenvolvidas na escola, porém ao discorrerem sobre propostas pedagógicas relatam as discussões realizadas apenas com os professores.

Destaco abaixo, as falas de alguns atores entrevistados que confirmam a idéia apresentada acima:

Precisávamos democratizar as práticas realizadas na escola. Então nos ocorreu o seguinte: primeiro vamos ouvir os professores, porque eles estavam há vinte anos praticamente sem palavras, e como as decisões eram verticais, o professor era um mero executor...(GS2)

... semanalmente ocorriam encontros entre professores, diretores e o pessoal do Departamento de Pedagogia, para discutirem o novo currículo da FEDF... (GS3)

... parece que foi a primeira vez na história da educação do Distrito Federal que nós professores fomos chamados para discutir questões vinculadas ao Plano Quadrienal de Educação (...) foi feita uma indicação por escola, eu participei como representante da escola que eu trabalhava, fui indicada pelos professores para representá-los... (P)

Cabe lembrar que a participação do movimento sindical apresenta grande importância para a viabilização da gestão democrática da educação. Na fala de um dos atores entrevistados, percebo a preocupação com uma educação voltada para a construção do sujeito crítico e participativo, ao relatar:

Foi um fato marcante essa mudança de visão da pedagogia... a gente estava acostumado com a pedagogia tecnicista, conteudista, uma pedagogia que não contava com o sujeito, e a partir daí houve aquela mudança, que é a principal que é mudança de visão de todos os processos, nós estamos formando pra quê? Para a comunidade encher a sua cabeça de conteúdo, colocar no mercado, ou nós estamos trabalhando com seres humanos, que devem ser críticos? Então isso aí também foi uma reviravolta muito grande na nossa cidade... essa reviravolta contou com a participação especial da professora Eva, uma pedagoga com uma visão muito boa sobre educação.(S)

No tocante ao papel do sindicato como instrumento na organização da luta em defesa da escola pública e da democratização da educação, o relato acima, do professor e sindicalista, aponta a importância da mudança de concepção de educação compartilhada pelos gestores do sistema de ensino que vêm de uma formação no movimento sindical.

Ainda abordando a necessidade de uma mudança de concepção de educação, um dos gestores do sistema de ensino relata a importância da discussão sobre o currículo da FEDF que era pautado na Pedagogia Tecnicista sinalizando que:

... foi uma verdadeira revolução sair da pedagogia tecnicista...você tinha que reeducar o professor, que passou aqueles anos todos sob a ditadura, e que alguns tinham sido alunos da própria ditadura, tinha tido toda aquela moral e cívica na cabeça dele. Então foi uma verdadeira tentativa de revolução cultural, um tanto difícil, conflitante, paradoxal, dialético, tudo que você imaginar. Você tem idéias opostas, o Fábio se cercou de muita gente com esse mesmo desejo, se não ideológico, de tornar a Fundação Educacional uma instituição a serviço do povo...E isso foi uma revolução, aprovar, currículo, uma administração nova. (GS3)

Diante de todas as concepções, idéias e contrapontos descritos até então, recordo que segundo Freire “a educação é um ato eminentemente político”. Nesse sentido, a concepção de educação reflete a concepção de mundo, de sociedade. Percebendo que nossas ações são sempre intencionais, acredito não haver espaço para a concepção ingênua que crê na possibilidade da realização de práticas apolíticas, principalmente, no espaço escolar. Freire (2004) afirma que:

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê (...) Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas de minha atividade pedagógica. (2004, p.102;103)

Finalmente, após todas as idéias descritas até aqui, e ao refletir a partir da fala de Freire, quando nos pontua que nosso papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito, resalto as palavras de Tragtenberg:

A escola é um espaço contraditório: nela o professor se insere como reprodutor e pressiona como questionador do sistema, quando reivindica. Essa é a ambigüidade da função professoral. A possibilidade de desvincular saber de poder, no plano escolar, reside na criação de estruturas horizontais em que professores, alunos e funcionários formem uma comunidade real. É um resultado que só pode provir de muitas lutas, de vitórias setoriais, derrotas, também. Mas sem dúvida, a autogestão da escola pelos trabalhadores da educação- incluindo os alunos- é a condição de democratização escolar. (2002, p.16)

Findo este capítulo, lembrando que no início da década de 1980, as ações coletivas foram impulsionadas pelo desejo de redemocratização do país, pela crença no poder da participação popular, pelo anseio da democratização dos órgãos e das instituições, da democratização da educação, a partir de ações que envolviam os interesses individuais e coletivos. Concordando com a citação de Tragtenberg, vista anteriormente, destaco a importância da reflexão coletiva acerca da função social da escola e da importância da

participação de todos os segmentos envolvidos no processo escolar, para a efetivação da gestão democrática da educação.

No próximo capítulo abordarei a influência do movimento sindical e dos partidos políticos para a consolidação da gestão democrática da educação na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

CAPÍTULO III - INFLUÊNCIAS DO MOVIMENTO SINDICAL E DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO SISTEMA DE ENSINO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

E quem garante que a história é carroça abandonada numa beira de estrada ou numa estação inglória. A história é um carro alegre, cheio de um povo contente que atropela indiferente todo aquele que a negue.

Chico Buarque e Pablo Milanês

1- Reconhecimento do Papel do Movimento Sindical e dos Partidos Políticos para a Efetivação da Gestão Democrática.

O objetivo deste capítulo é mostrar a percepção dos atores entrevistados acerca da influência do movimento sindical e dos partidos políticos no processo de implantação da gestão democrática no Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.

Cabe evidenciar que conforme Gracindo (1994), são os partidos políticos que, em última instância, traçam a política educacional brasileira, ao elaborarem as leis de ensino, nos diversos níveis de poder legislativo e ao traçarem diretrizes e programas educacionais, quando assumem o comando da administração pública nos níveis municipal, estadual e federal do executivo.

Destaco também a importância do movimento sindical pela democratização da educação. Cabe lembrar que a luta inicial se dava pela garantia do acesso à escola pública, tendo em vista que parcela significativa da população se encontrava fora do espaço escolar. Oliveira (2001), aborda que:

No final da década de 70, com as manifestações políticas que deram origem ao processo de abertura no país e ao surgimento do novo sindicalismo, toma expressão o movimento em defesa da educação pública e gratuita. Tal movimento vai se contrapor à dissociação existente entre planejamento econômico e social. Os segmentos sociais organizados em defesa da escola pública e gratuita, extensiva a todos, vão denunciar o caráter centralizado dos planejamentos globais que refletem o padrão autoritário de política estatal. Reivindicando a ampliação do direito à educação, ainda limitado, a oito anos de escolaridade pública e gratuita aos indivíduos entre 7 e 14 anos, tais segmentos propõem a extensão da educação para o conjunto da população. (2001, p.72)

No tocante a afirmação citada anteriormente, num segundo momento a luta dos movimentos organizados passa a ser em defesa da permanência na escola e da oferta de uma educação de qualidade desenvolvida no espaço escolar. Conforme Oliveira:

Tal reivindicação será conhecida como a defesa do acesso e permanência na escola. Para tanto, seria necessário combater o caráter excludente da instituição escolar que, além de muito restrita no acesso (a inexistência de vaga para todos), ainda dificultava a permanência da maioria através do uso de formas autoritárias do uso de ensino e avaliação. Essas formas, denominadas cultura da repetência, impediam que muitos conseguissem concluir sua trajetória escolar. (2001, p.72;73)

Quanto à gestão da educação, a autora supracitada aborda que as constatações citadas anteriormente levaram a transformações na gestão educacional, o que se evidenciou na defesa de mecanismos mais coletivos e participativos de planejamento escolar:

Uma gestão democrática da educação, que reconhecesse a escola como espaço de política e trabalho, era buscada nos emblemas de autonomia administrativa, financeira e pedagógica; participação da comunidade nos desígnios da escola (elaboração dos projetos pedagógicos e definição dos calendários) e a criação de instâncias mais democráticas de gestão (eleição de diretores e constituição de colegiados). A luta pelo reconhecimento dos profissionais da educação como trabalhadores, portanto, portadores de direitos, inclusive sindicais marcará profundamente o momento, contribuindo para o acúmulo de conquistas no tocante à educação das classes trabalhadoras no Brasil. (2001, p.73)

Ainda nessa linha de pensamento, Bruno (2002) ao abordar o tema *Gestão da Educação: Onde procurar o democrático*, situa a discussão acerca do assunto e pontua que:

De fins dos anos 1970 até meados dos 1980, o destaque era dado pelos trabalhadores da educação que, nos seus processos de luta, expressando a consciência que tinham das conseqüências da cisão no capitalismo, entre gestão do trabalho e realização do trabalho, lutavam pela sua eliminação. Em

fins dos anos 1980, com o refluxo dessas lutas e o conseqüente processo de burocratização das suas organizações, verifica-se a sua recuperação pelo Estado e a gestão democrática da educação é assimilada ao texto da Constituição de 1988, no seu Artigo 206, item VI. (2002, p.18)

Dentro dessa perspectiva, neste capítulo abordarei a influência do movimento sindical e dos partidos políticos para a efetivação da gestão democrática da educação no Distrito Federal. O quadro abaixo nos ajuda compreender, de forma geral, a concepção de cada sujeito entrevistado:

QUADRO III - INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO SINDICAL E DOS PARTIDOS POLÍTICOS, CONFORME OS SUJEITOS ENTREVISTADOS

Entrevistado	Influência do movimento sindical e dos partidos políticos
GS1	O movimento sindical teve grande importância na democratização da educação na Rede de Ensino Público do DF, no entanto, o PT inviabilizou a continuidade do processo.
GS2	O movimento sindical foi fundamental para a democratização da gestão escolar no DF. Os partidos políticos tiveram o papel fundamental na condução do processo de redemocratização do país, influenciando a democratização da educação na Rede de Ensino Público do DF.
GS3	Salienta a importância de ambos na redemocratização do país e na democratização da educação na Rede de Ensino Público do DF, no entanto atribui ao Movimento Sindical como sendo o principal responsável pela tentativa de realização da gestão democrática na Rede de Ensino Público do DF.
F	Papel fundamental de ambos na redemocratização do país e na democratização da educação na Rede de Ensino Público do DF.
P	Importância dos partidos políticos que se colocavam na condição de oposição ao regime político da época. Os trabalhadores da educação que participavam do movimento sindical influenciavam o sistema político.
S	Papel fundamental do Sindicato no processo de condução da democratização da gestão escolar e a importância dos partidos políticos que se colocavam na condição de oposição ao regime político da época.
GE1	A influência da política partidária é negativa para a gestão escolar.
GE2	Movimento sindical atuante dentro das escolas da Rede de Ensino Público do DF.

Ao analisar o referido quadro, pude perceber que os entrevistados reconhecem o papel do movimento sindical e dos partidos políticos na democratização da gestão escolar, porém, cumpre destacar que na fala de uma das gestoras entrevistadas, percebe-se que na sua concepção a influência dos partidos políticos na gestão escolar é negativa.

O relato de uma das entrevistadas evidencia que tanto o movimento sindical quanto os partidos políticos obtiveram êxito em função de sua oposição ao regime vigente:

A gente começa a ter uma possibilidade com a indicação do professor Pompeu de Souza pra Secretário de Educação do DF, abre-se a possibilidade da gestão democrática porque ele vinha do PMDB, que era o partido que se colocava na condição de oposição, então ele assumia as bandeiras de democratização da sociedade brasileira, enquanto partido, e aí na educação eles tiveram um trato especial com a assinatura do Acordo Coletivo. O professor Fábio Bruno tem uma trajetória de vínculo com o Sindicato dos Professores e há um tempo já havia participado desse processo e ele compreendia a importância da democratização das escolas como alguém que fazia parte desse processo. Nesse sentido, o sindicato deu sustentação pra gente. (P)

Em conformidade com a fala da professora entrevistada, anteriormente, que relata a possibilidade da efetivação da gestão democrática na Rede de Ensino Público do DF, após a indicação do professor e jornalista Pompeu de Souza para assumir a Secretaria de Educação do DF, afirmando que o fato de pertencer ao PMDB, partido oposicionista, o novo Secretário de Educação apresentava disposição para discutir as formas de democratizar a educação, uma das gestoras do sistema de ensino relembra que:

O PMDB que era o grande, nem partido, uma grande frente de oposição à ditadura militar, abrigava as diferentes siglas partidárias existentes, do centro à esquerda, à extrema esquerda, e essa frente, digamos teve um papel fundamental na condução desse processo de redemocratização, evidentemente que não é o PMDB que se tem hoje, que tem absolutamente outras características. Na Secretaria de Educação foi indicado Pompeu de Souza, que vinha de uma sociedade civil organizada, da Associação Brasileira de Imprensa, um intelectual, um político com projeção, pois havia sido um dos elementos que se opunha à ditadura militar, participava abertamente de movimentos de ações da sociedade civil organizada. (GS2)

Merece destaque que no relato da gestora do sistema, apresentado anteriormente, evidencia-se a participação de Pompeu de Souza nos movimentos populares organizados pela

sociedade civil, contra o regime de ditadura militar. Relembrando, a seguir, a trajetória de Fábio Vieira Bruno e sua participação no movimento sindical, destacando:

O professor Fábio Bruno, por sua vez, era um líder sindical, um dos fundadores da Associação dos Professores do Distrito Federal e depois veio a ser diretor e membro atuante do Sindicato dos Professores. Professor do Sistema de Educação do Distrito Federal, durante os anos iniciais, quando houve já a demissão de professores, ele estava entre os professores demitidos, acabou se vinculando a escola privada para poder sobreviver e como líder do movimento foi aclamado e foi prestigiado no início da sua gestão, embora também houvesse muitas divergências políticas como ocorre no meio sindical. (GS2)

Após relatar a influência dos partidos políticos e do movimento sindical para a indicação do Secretário de Educação e do Diretor Executivo da FEDF, a gestora do sistema de ensino destaca que a sua indicação para assumir a Direção do Departamento de Pedagogia da FEDF, surgiu por meio do Sindicato dos Professores que providenciou um abaixo-assinado que obteve diversas assinaturas de professores, pedindo a aceitação do seu nome.

A gestora do sistema fala também sobre as bandeiras de luta no campo da gestão, salientando a importância do Sindicato dos Professores para a efetivação:

A gente, enquanto Diretor Geral de Pedagogia, tinha uma questão que era exatamente a democratização da gestão, e se preconizava através do movimento que já vinha do Sindicato dos Professores, a eleição dos diretores e não a indicação política, essa era uma das grandes questões que se colocava em nível da gestão democrática do ponto de vista da administração escolar. (GS2)

Ao analisar a fala da entrevistada em pauta, considerando as idéias de Ciavatta (2002), julgo que os movimentos sociais mostram que a prática social é educativa, que há uma dimensão política no pedagógico e uma dimensão pedagógica na política, pois a prática democrática é educativa, devendo constituir-se em um movimento pedagógico na sociedade e da sociedade.

Um dos atores entrevistados debruça o seu olhar para a importância do movimento sindical e das articulações político-partidárias, à medida em que relembra:

No ano 78, percebi uma movimentação dos professores e do sindicato, que logo depois eclodiu numa greve em setenta e nove, aí eu compreendo um pouco aquela greve, não porque eu tenha vivenciado, mas depois por ter sido informado e ter feito algumas relações; mas eu tenho absoluta certeza de que aquela greve de setenta e nove é resultado de um movimento maior do que a luta dos professores aqui do Distrito Federal, porque depois você vai juntar, você vai perceber que em setenta e nove você tem a anistia, que é decorrência também de uma luta anterior a ela. Você vai perceber que já tem nesse período, algumas greves, algumas mobilizações em São Paulo e é em setenta e nove, antes um pouco, é que vai logo depois resultar na fundação da CUT, e logo depois também no Partido dos Trabalhadores. Quer dizer o quê, que a greve de setenta e nove dos professores da Rede Pública do Distrito Federal não é uma ação isolada. Ela faz parte de toda uma movimentação, de toda uma evolução que está acontecendo no Brasil. Aí você tem em setenta e nove o sindicato que ainda não é sindicato é uma associação, ele vai virar sindicato depois. (F)

O relato acima demonstra a percepção do funcionário da FEDF, quanto à relação existente entre a luta do Sindicato dos Professores e o movimento mais amplo da sociedade brasileira, sua luta por uma sociedade mais democrática envolvendo a bandeira em prol da democratização da educação.

Cabe destacar que a formação do movimento sindical combativo ocorreu em 1974, ano em que a região do ABC renovava seus quadros, incluindo personagens que entrariam para a história do país, não só naquele período, mas também nas décadas seguintes, como é o caso de Luís Inácio Lula da Silva, atual Presidente da República do Brasil. Segundo Gohn (2001):

As análises sobre o papel dos novos movimentos sindicais dos anos 70 destacam que além da retomada do sindicalismo crítico, não pelego, o grande elemento transformador foi à forma como o movimento se reestruturou. Baseados em dados de assessorias próprias como o DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas, ou em profissionais da área jurídica identificados com as causas dos trabalhadores, como Almir Pazzianoto, os novos sindicatos passaram a questionar os dados oficiais dos ministérios federais. Ao deixarem a nu a forma como os trabalhadores estavam sendo enganados, atingiu-se o plano da moral. (GOHN 2001, p.116)

Importante relembrar que em outros momentos, também, os trabalhadores tinham sido desapoderados, mas não havia ocorrido grandes reações, pois, à época tinha um discurso quanto a importância de sacrifícios, e a fase era de repressão. Na década de 1970 havia a

repressão imposta pela ditadura militar, porém os trabalhadores começaram a perder o medo, e conforme Gohn “a manipulação dos índices oficiais para subtrair o que era de direito dos assalariados atingiu a dignidade destes, enquanto seres humanos. A adesão em massa às greves, em 1978, foi a expressão máxima deste processo”.

Após relatar a importância do movimento sindical para a consolidação da democratização da educação, um dos atores entrevistados aborda:

No Distrito Federal não tinha eleição pra nada, então não existia necessidade ou motivação pra se ter partidos políticos. Então quem se preocupava em participar de partidos políticos? Eram apenas aqueles que o seu partido não poderia aparecer, que eram, antes do PT, o PC do B e o PCB, mas como eles eram partidos ilegais, antes clandestinos e depois ilegais, esse trabalho era chamado de dupla militância. As pessoas eram filiadas, eu no caso, era filiado ao PCB, e era filiado também ao PMDB. Quando veio a chamada Nova República tem uma divisão dos cargos do Governo Federal, dos ministérios, entre o PMDB e o PFL que é uma remontagem do antigo PDS. Então você vai ter os Ministros, os ministérios com uma parte hegemonizada pelo PMDB e outra pelo PFL. Como Brasília era indicação do Governo Federal, então essa lógica se repetiu, Sarney, então Presidente da República, indicou o Governador do Distrito Federal, que era um mineiro, uma pessoa muito bem relacionada lá em Minas Gerais chamada José Aparecido de Oliveira, que era jornalista. Quando ele veio, tentou reproduzir no Distrito Federal a Aliança Nacional, seu secretariado vai ser composto uma parte pelo PFL e outra parte pelo PMDB, uma loucura aqui, porque não existia PFL no Distrito Federal, então, juntaram-se alguns empresários e formaram de fachada o PFL pra poder negociar com José Aparecido algumas secretarias. O PMDB já existia, mas o PMDB era hegemonizado pelo PCB e pelo PC do B, mais pelo PCB do que pelo PC do B, porque o PCB na época controlava os dois maiores sindicatos do Distrito Federal que era o Sindicato dos Bancários com o Augusto Carvalho, que era orgânico do Partido Comunista e pelo Sindicato dos Professores cujo presidente era o professor José Libério Pimentel, que embora não fosse orgânico do Partido Comunista Brasileiro, recebia influência direta do Partido Comunista, até porque, os seus dois grandes gurus, eram o Fábio Vieira Bruno, comunista histórico e teórico que era também da direção do Sindicato dos Professores e o advogado José Oscar que também era do Partidão, e advogado do Sindicato dos Professores, que por coincidência é o esposo da professora Eva, que virou diretora de Pedagogia da Secretaria de Educação. (F)

O relato apresentado anteriormente nos esclarece a influência do movimento sindical, mais precisamente do Sindicato dos Professores, e dos partidos políticos na composição dos cargos relativos ao Sistema de Ensino do Distrito Federal, evidenciando as articulações e as

ações ocorridas à época. Cumpre destacar, ainda, como ocorreu a articulação para que Fábio Bruno assumisse a Direção Executiva da FEDF, segundo o funcionário entrevistado:

O grande esforço do movimento dos professores da época era garantir que o Fábio Bruno fosse o Secretário de Educação. José Aparecido não permitiu, mas na articulação foi possível que fosse indicado pelo PMDB o Secretário de Educação que não era orgânico do Partido Comunista, mas que também recebia influência muito grande do Partido Comunista Brasileiro que era o Pompeu de Souza, então o Fábio foi indicado por ele para ser o Diretor Executivo da FEDF. (F)

Os relatos citados anteriormente, confirmam-se por meio da fala de outro ator entrevistado, ao abordar que a greve de 1979 foi uma greve histórica, pois foi o primeiro momento em que a categoria de professores do Distrito Federal se mobilizou em plena ditadura militar, evidenciando a importância do papel do Sindicato dos Professores:

O sindicato que não tinha, até por força da ditadura, grande atuação passou a ter uma presença muito intensa. Uma das assembléias do sindicato, no auditório da Escola Normal de Brasília, foi uma apoteose! O Fábio comunicou que ali o movimento sindical, finalmente conseguia chegar à Secretaria de Educação. Foi uma conquista democrática muito grande, apesar dos velhos partidos, já terem sido extintos, mas esses partidos ainda existiam, não existiam de direito, mas de fato. (GS3)

Ainda de acordo com as afirmações anteriores, o entrevistado acima as confirma ao abordar que no Distrito Federal não seria diferente, pois o PMDB, que era uma frente de oposição em que estavam abrigados todos os opositores ao regime militar, tentaria colocar nos principais cargos seus apoiadores, relatando que:

... no Distrito Federal não seria diferente, o PMDB, que era uma frente, não era bem um partido, era uma frente MDB, uma frente de oposição em que estavam lá abrigados todos os opositores ao regime, os comunistas, os socialistas, a burguesia avançada, enfim essa turma toda, e que era natural agora que se tomou o poder, essa turma quisesse colocar nos cargos, sobretudo o segundo escalão que vai mandar, é por isso que o Fábio vai ter como Secretário de Educação esse problema: o Quintas que era do grupo de um PMDB e não era do grupo dele, e que aí você vai ter uma outra orientação política dentro da Fundação Educacional, e mais do que isso, um desmonte daquilo que o Fábio tinha feito, inclusive mudança com o pessoal que o Fábio tinha trazido, mas aí a gente imagina, ele era um Secretário de Educação, mas um Secretário de Educação que estava subordinado a injunções partidárias. (GS3)

Na percepção de uma das gestoras de escola, na década de 1980 o Sindicato dos Professores mostrou-se atuante:

...veja bem, de 80 a 85 foi uma fase realmente sindical, o sindicato muito atuante, extremamente atuante... Ademar, tremendamente atuante, ele e Libério. (GE2)

Contrariando as constatações de todos os entrevistados citados anteriormente, uma das gestoras de escola, aponta que:

... quando ele assumiu o Complexo, eu já não tive uma boa convivência com ele, por questões muito políticas, eu nunca gostei da política partidária dentro da escola, eu acho que houve um estrago, vamos dizer assim, pelo despreparo das pessoas, não achei satisfatória, não achei satisfatória eu me manter lá, na direção da escola, convivendo com isso. (GE1)

Após todas as análises realizadas até então, pude observar que existe uma divergência em alguns depoimentos quanto ao surgimento do nome de Fábio Bruno para assumir a Diretoria Executiva da Fundação Educacional do Distrito Federal, pois em uma dissertação de mestrado pertinente a este tema, aparece o nome de Fábio Bruno saído de indicação política e também pelo reconhecimento da influência do movimento sindical²⁶, em uma entrevista aparece como uma decisão do partido político (P), outra entrevista mostra que foi pela sua participação no movimento sindical (S) e, ainda há depoimentos que afirmam que sua indicação ocorreu por força da amizade com Pompeu de Souza. Uma das gestoras do sistema concorda com esta última afirmação, relatando:

O professor Pompeu iria ser o novo Secretário de Educação, aí foi nomeado o José Aparecido como governador de Brasília. José Aparecido era amigo de Pompeu, convidou o Pompeu e ele foi ser Secretário de Educação, e o Pompeu era muito amigo do professor Fábio e, então, convidou Fábio. O sindicato, na maior evolução, tudo que eles tinham sonhado a vida inteira, todos ficaram naquela ânsia, porque sabiam que era pegar ou largar, ia ser tudo resolvido naquela gestão, naquele período que estava se iniciando. (GS1)

²⁶ Dissertação de Erasmo Gagliardi sobre o tema O Pensamento Pedagógico Vigente e a Prática Desenvolvida no Cotidiano de Nossas Escolas- O Caso do Distrito Federal no Período 1985/1986 – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 1991.

Importante evidenciar que no relato acima a gestora reconhece, também, a importância do Sindicato dos Professores do DF e a esperança quanto à ocupação do cargo de Diretor Executivo da FEDF por Fábio Bruno, saído do movimento sindical, relatando abaixo a participação dos Partidos dos Trabalhadores durante o processo em análise:

Olha aí, foi um negócio fantástico, fabuloso, tudo se encaminhou mais ou menos bem quando, aí começaram as reivindicações, o PT emergindo na época, o PT hoje já é um partido com grande dificuldade de trabalho, eles se reúnem até pra resolver se vão escrever isso aqui com lápis ou com caneta, imagine naquela época todo mundo sedento de democracia, então foi um período difícil, porque eles achavam que Fábio poderia conseguir tudo, fazer tudo, e fosse onipresente, onisciente, onipotente e ele não era assim, tinha uns entraves políticos. (GS1)

Chamo a atenção para o fato de que a entrevistada acima atribui ao Partido dos Trabalhadores a responsabilidade pelo rompimento da política educacional no Distrito Federal, percepção não abordada por outros sujeitos partícipes da pesquisa durante a realização das entrevistas. Cabe destacar que a entrevistada GS1, também, afirma que a influência do partido político no poder à época determinou o rumo das ações realizadas na Rede de Ensino Público do DF, relatando:

... Pompeu foi eleito Senador e o Fábio ficou na Secretaria, e tudo teria sido um mar de rosas se Fábio tivesse tido poder pra indicar o Diretor Executivo da Fundação, o que não era admissível, você botar um Diretor Executivo que não comungasse com os pensamentos do Secretário, então começou um período bem complicado, meio difícil, o PMDB indicou o professor Quintas, que não tinha nada a ver, era outra visão, tenho respeito por ele, mas nada a ver, a visão dele era outra, o conteúdo dele era outro, a ideologia talvez outra, aí começou a ter uma incompatibilidade muito grande, isso eu acho que atrapalhou muito o caminho da educação na época, aí ficou aquela divisão, Quintas fazia uma nomeação, dava uma ordem, e se contrapunha ao que o professor Fábio queria. (GS1)

Diante da afirmação acima, percebemos que segundo a gestora entrevistada, o fato da indicação do nome de Quintas ter sido feita pelo partido político, no caso o PMDB, sem a preocupação de considerar a opinião do Secretário de Educação, Fábio Bruno, dificultou a continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido pela equipe de gestores do Sistema Educacional do DF, influenciando assim, as práticas realizadas na gestão da educação.

No tocante a participação do Partido dos Trabalhadores nas discussões acerca da educação no país, destaco a afirmação de Brandão (2002):

Algumas vezes participei de encontros e de escritos sobre a educação e o Partido dos Trabalhadores. Até onde posso me lembrar, entrados os “anos da abertura política”, foi o PT o primeiro partido a procurar educadores brasileiros de maneira mais sistemática e mais confiável, com o propósito de estabelecer com eles um diálogo dirigido a definir uma “política popular de educação”. Mais de uma vez estive reunido e participei de trabalhos com pessoas como Paulo Freire, Moacir Gadotti e Dermeval Saviani, para pensarmos, ora juntos, ora nem tanto, alguns fundamentos de teor político-partidário para uma educação com vocação popular. (2002, p.109)

Diante da abordagem de Brandão (2002), ressalto que uma das gestoras do sistema de ensino entrevistada, ao discorrer acerca dos aspectos pedagógicos referentes à época analisada, evidencia que a concepção de educação de Paulo Freire fundamentou a discussão sobre a mudança dos programas e currículos da Fundação Educacional do Distrito Federal. Cabível de destaque a afirmação da gestora:

Muitas coisas se colocaram para repensar os currículos, os currículos de todos os níveis, a Teoria Crítico Social foi uma das utilizadas, fundamentalmente. Paulo Freire foi um fundamento, principalmente para o supletivo e para as reflexões sobre as diferentes concepções de educação. Eu como fui indicada pelos professores que até hoje recordam isso, como uma mudança, pelo menos de forma de trabalhar. (GS1)

A afirmação da gestora é confirmada nas palavras do professor, dirigente sindical, ao salientar a importância do Sindicato dos Professores na construção da democratização da educação:

O Centro de Estudo do Sindicato dos Professores realizou muita coisa boa, muita coisa bonita. Lembro por exemplo que a gente tinha uma sala alugada, que não tinha cadeira, não tinha mesa, não tinha nada, só tinha o carpete, e nós levamos lá o professor Paulo Freire, e todo mundo sentado no chão e o professor Paulo Freire abordando sobre a importância da educação para a democratização da sociedade, nós levamos o Moacir Gadotti, nós levamos até o Saviani para um confronto de idéias... são educadores, cada um na sua linha, mas todos eles preocupados com os rumos da educação. (S)

Após refletir acerca dos relatos de alguns atores entrevistados, evidenciando a percepção de cada um deles sobre a influência do movimento sindical e dos partidos políticos

no processo de democratização da gestão escolar, saliento a afirmação do professor e dirigente sindical quanto à importância da participação do Sindicato dos Professores na construção da democratização da educação:

Em 1979 nós chegamos ao ponto de não suportar mais os baixos salários e o descaso do GDF com relação a educação então entramos nessa luta, inclusive a proposta de greve foi minha, em 1979 a gente não suportava mais. Fizemos uma preparação, uma assembléia, várias assembléias até que aprovamos uma proposta de greve, e partimos para uma greve sob o comando de um sindicato recém criado, o sindicato foi transformado de Associação Profissional para sindicato e tinha um mês de carta sindical, partimos para essa luta, e foi uma luta muito difícil, de regime militar, chegou ao ponto do Presidente da República falar da nossa greve. Durante a greve nós tivemos muitas perseguições, nós fomos proibidos de nos reunir nos locais, aí a igreja nós aceitou, abriu as portas aí tivemos 37 professores demitidos, dentre os quais eu tive a honra de estar, e terminada a greve partimos para reorganização da categoria que se encontrava muito apavorada, muito dispersa naquele momento. Naquela época me consideravam como uma das lideranças da greve, e me chamaram para me candidatar a presidente do sindicato eu me candidatei e nós ganhamos a eleição e começamos a trabalhar em 1980, e depois com muito trabalho, reorganização da categoria nós conseguimos fazer a greve de 1985, fazendo uma assembléia no Ginásio Nilson Nelson com quinze mil professores. (S)

Ainda conforme o relato do professor e sindicalista, quanto ao processo de redemocratização do país e sua influência na democratização da educação, percebe-se a importância da organização dos professores no Distrito Federal, inclusive nas discussões acerca da indicação do Secretário de Educação do DF:

A greve de 1985 foi uma greve muito interessante, porque agora falando sobre a redemocratização, nós fazíamos encontros de professores, nós participamos de movimentos de democratização da educação, viajamos muito, participamos de muitos congressos nacionais. Em 1984 um encontro aconteceu até no auditório do Senado Federal, nós tiramos uma decisão, nós traçamos o perfil do Secretário de Educação que nós queríamos para o Distrito Federal, e este perfil era como se dissesse assim, vai ser o professor Pompeu de Souza, pois, a gente tinha muita identidade com ele, ele sempre teve como presidente da ABI, sempre que a gente ia preso pela Polícia Federal, ele estava lá Pompeu de Souza, presidente da OAB. (S)

De acordo com o relato acima destaco que, a aproximação de Pompeu de Souza com a categoria de professores, propiciou a aceitação do seu nome por parte dos trabalhadores da educação, para assumir a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Ressalto que nos relatos, dos atores partícipes do processo em discussão e na bibliografia consultada evidenciei a percepção e o reconhecimento do papel do movimento sindical e dos partidos políticos para a efetivação da gestão educacional, possibilitando-nos conhecer e compreender alguns fatores e algumas ações que dificultaram ou facilitaram a implantação da Primeira Experiência de Gestão Democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

Nesse sentido, percebi que as concepções de democracia, participação e gestão evidenciadas nos depoimentos dos entrevistados, facilitaram a compreensão da pesquisadora à medida que confrontava os relatos com o referencial teórico que fundamentou o tema da investigação.

No próximo capítulo será apresentada a última categoria analisada, a democratização da gestão escolar na Rede de Ensino Público do Distrito Federal:

CAPÍTULO IV - DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.

Paulo Freire

1- A Participação como Fundamento da Gestão Democrática: A Escola Como Espaço de Democratização da Sociedade.

Os trabalhadores da educação são os principais atores na luta pela democratização da educação no Distrito Federal. No final da década de 1970, em pleno regime de ditadura militar a categoria de professores se organizou, estabelecendo como bandeira de lutas melhores condições de trabalho, melhores salários e principalmente, pela democratização das ações realizadas na Rede de Ensino Público.

Importante destacar que segundo Mendonça:

Com a realização de uma histórica greve em 1979, o enfrentamento com o governo marcou uma importante fase nos embates pela democratização da educação em Brasília.

Tal fato foi determinante na história das lutas pela escola pública no Distrito Federal, pois o Sindicato dos Professores passou a liderar o início de uma rica discussão sobre a centralização burocrática que caracterizou os processos administrativos e pedagógicos do sistema educacional. A luta pela democratização do sistema se deu, nesse momento, tendo como meta a ruptura com o modo de administrar e a busca da autonomia escolar. O trabalho restrito à categoria de professores, aos poucos, foi sendo ampliado, incorporando os especialistas em educação, que mais tarde se filiaram ao sindicato, e os auxiliares de educação, que, mesmo mantendo entidade sindical própria, sempre participaram ativamente da luta pela democratização do sistema de ensino. (1998, p.14)

A afirmação de Mendonça (1988), citada anteriormente, nos faz refletir sobre o processo de democratização da educação e, acerca da importância do movimento sindical para a abertura de canais de participação de todos os segmentos na construção da gestão democrática educacional, portanto, faz-se necessário abordarmos a democratização da gestão escolar na Rede de Ensino Público do Distrito Federal, face aos depoimentos dos atores partícipes do processo. A seguir vejamos o quadro sinóptico que apresenta as principais idéias dos sujeitos entrevistados sobre o tema em pauta, reconhecendo a participação como fundamento da gestão democrática:

QUADRO IV- DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Entrevistado	Democratização da Gestão Escolar
GS1	Democratização do sistema de ensino por meio de ações coletivas. A maciça participação da comunidade escolar durante a campanha para eleger os dirigentes escolares.
GS2	Importância da redemocratização da sociedade para a democratização da educação. A concretização da democratização educacional se materializa a partir da gestão democrática escolar.
GS3	Importância da redemocratização da sociedade para a democratização da educação. Ansiedade da comunidade do DF em exercer o papel de eleitor.
F	Importância dos mecanismos de democratização da gestão da educação.
P	A democratização da sociedade passa pela democratização das escolas. A principal bandeira levantada pelos professores era a da democratização escolar.
S	Importância dos mecanismos de democratização da gestão da educação. Participação da comunidade escolar durante o processo.
GE1	Não havia preparo de ninguém para participar da eleição. Ausência da participação da população no processo de gestão escolar.
GE2	O processo foi bem democrático. Embora a entrevistada não concordasse com a eleição direta para dirigentes escolares, admitia haver lógica.

Durante a análise de documentos, a leitura de dissertações de mestrado a respeito de temas relacionados sobre a democratização da educação, e após a interpretação das entrevistas evidenciei que alguns dos atores partícipes da pesquisa em pauta, percebem a importância da democratização escolar para a efetivação da democratização da sociedade, enfatizando a necessidade de mecanismos que facilitem a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nas ações realizadas no espaço escolar.

Uma das gestoras do sistema entrevistada, confirma a idéia acima ao reconhecer a importância da escola para a construção de uma sociedade democrática:

... o que estava prevalecendo era a redemocratização da sociedade em função da redemocratização da educação. Havia algumas questões que estavam recolocadas no momento do ponto de vista da bandeira principal que é a democratização, que era vista de várias óticas, pelo menos o que a gente, enquanto Diretor Geral de Pedagogia, tinha uma questão que era exatamente a democratização da gestão, e se preconizava através do movimento que já vinha do Sindicato dos Professores, a eleição dos diretores e não a indicação política, essa era uma das grandes questões que se colocava em nível da gestão democrática do ponto de vista da administração escolar. (GS2)

A eleição de diretores com a participação da comunidade escolar é um dos mecanismos que, segundo Mendonça (2000), contribui para a efetivação da gestão democrática da escola. Percebe-se, assim, que a fala relatada acima é confirmada por um dos referenciais que fundamentaram esta pesquisa. Nesse sentido reforço que ao entrevistar um dos atores, percebi sua preocupação ao lembrar da importância dos mecanismos que contribuem para realização da gestão democrática:

Eu só sei que nesse período no qual poderia exercer o direito do voto ficou muito claro que era na eleição pra escola e aí o Pompeu de Souza incentivava muito as questões, muito as coisas que era, por exemplo, o grêmio livre que ele fazia questão de montar. Ele ia lá pra montar os grêmios e também a eleição direta para diretor de escola e para os Complexos Escolares. Então você tem uma eleição em todas as escolas, participação assim monstruosa... (F)

O relato acima coaduna com a compreensão de Mendonça (2000), uma vez que para este autor os principais mecanismos que garantem uma gestão democrática são: a

participação, a escolha democrática do diretor escolar, citada anteriormente, os colegiados, a descentralização e a autonomia.

Relembro que, durante a revisão bibliográfica, evidenciei que uma das primeiras ações promovidas pelos gestores do sistema educacional da época investigada foi a eleição para dirigentes das escolas e dos Complexos Escolares. Essa ação fundamental para o exercício da gestão democrática na experiência do Distrito Federal é lembrada por um dos gestores do sistema de ensino entrevistado, ao se referir ao período que antecedeu as eleições propriamente ditas:

Uma euforia muito grande, porque essa cidade não havia praticado isso, mas havia uma euforia muito grande, muito desejo de acertar, muita gente tentando encontrar esse caminho e foi nisso, e foi isso que o Fábio como um cara que lutou a vida inteira, por uma sociedade democrática ao lado do Pompeu fez. Foi aí que eles entraram na Fundação Educacional, e tentaram não diria redemocratizar, mas democratizar. A ideologia desse negócio aí, eu entendo que é por conta do pensamento do Fábio e as coisas do Pompeu... Na verdade você tem essa democratização da administração das escolas no Distrito Federal acoplada ao grande esforço da democratização do país, assim como o país ia enfrentar as dificuldades de ensinar o povo a conviver com a democracia, nas escolas também aparece a dificuldade. (GS3)

Importante lembrar que no Distrito Federal não havia eleição, portanto a eleição direta para dirigentes escolares representou a participação efetiva desta comunidade na escolha de seus representantes dentro das escolas. Nesse sentido, um dos atores entrevistados afirma:

Então você tem uma retomada, e isso aqui virou uma festa, porque era a primeira vez que essa cidade ia votar. Você tem uma cidade ainda que a elite pensante ainda não resida nela, você tem os trabalhadores, o povo, tem a classe média, o funcionário público, portanto é uma gente ansiosa também por participação. Você tem a comunidade vibrando com isso, foi um dia de eleição na cidade, como se fosse eleição para Presidente, para Governador. Foi a eleição que nós sonhávamos para os cargos públicos. Você tem um momento apoteótico, belo, o momento em que esperamos a vida inteira para votar, não votamos para Presidente, Deputado porque nós não tínhamos, aqui não se votava. Isso mostra uma coisa curiosa, mesmo que o povo fale dos políticos, da política, que ele detesta, é próprio do homem ele querer escolher seus governantes, quando ele passa esse tempo todo sem escolher, ele se sente mutilado, algo da sua cidadania da sua participação na sociedade não está sendo feito, e mesmo que ele ache que política é isso ou aquilo, ele deseja participar.

O momento que o povo começa a renascer, e a eleição está nesse contexto de expressão de alegria de libertação, desejo de escolher o diretor da escola do meu filho, e este é um momento ideológico. (GS3)

Gadotti (2003) nos chama atenção ao afirmar que a participação e a democratização são as formas mais práticas de formação para a cidadania. Nesse sentido, as idéias de Bordenave (1994) nos esclarecem que a participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje.

Considerando o conceito de participação abordado por Mendonça (2000), como o elemento comum dos variados estágios da luta pela democratização da educação no Brasil, nos quais estiveram envolvidos em diversos graus, diferentes atores sociais, compreendo a importância do relato emocionado de uma das atoras entrevistadas ao relembrar do processo vivenciado por ela no início da década de 1980:

Olha só, em 85 a gente vivia uma realidade no Brasil que era o processo de abertura democrática, a gente estava saindo da ditadura militar, começando um processo de luta por democratizar a sociedade e os educadores, e em Brasília isso era muito forte, trabalhavam com a discussão de filósofos para democratizar a escola, democratizar a sociedade, pois, essa democratização da sociedade passava pela democratização das nossas escolas, tanto que nosso lema na campanha salarial da época era muito nesse sentido, era necessidade de garantir espaço democrático porque as nossas escolas elas eram geridas por pessoas que já estavam na direção há anos, eram quase que cargos vitalícios. Nossa luta era nesse sentido de garantir que houvesse o processo de democratização, a bandeira que nós levantávamos como professores era a necessidade dessa democratização. (P)

Ainda, de acordo com a professora, uma das atoras partícipes do processo o fato do professor Fábio Bruno ter vínculo com o movimento sindical, facilitou a discussão acerca da importância da democratização da gestão escolar na Rede de Ensino Público do DF:

O professor Fábio Bruno tem uma trajetória de vínculo com o Sindicato dos Professores há um tempo já havia participado desse processo e ele compreendia a importância da democratização das escolas como alguém que fazia parte desse processo... é a partir dessa assembléia realizada na Escola Normal de Brasília inclusive, desse encontro que os professores começam, retomam nas escolas a discussão da eleição dos diretores. Isso antecede até, inclusive, o processo mesmo da lei do Acordo Coletivo que o sindicato irá

assinar posteriormente, que se constituí inclusive como documento da nossa Convenção Coletiva pra assegurar a eleição. (P)

Relembrando o conceito de participação abordado por Mendonça, anteriormente, cabe destacar o relato da professora entrevistada sobre o significado da eleição para dirigentes escolares para a comunidade escolar do Distrito Federal:

Então, nós passamos a ter direito de eleger os diretores de escolas, de Complexos Escolares. Eu penso que numa cidade como a nossa, como Brasília, uma cidade que nunca tinha realizado uma eleição, isso representou um movimento gigantesco, mobilizou os pais, mobilizou professores, mobilizou alunos, exerceu um movimento numa cidade que foi inaugurada praticamente às portas da ditadura militar e passou grande parte da sua vida envolvida num processo ditatorial, não tinha nenhuma experiência de eleição, então, foi assim algo fenomenal. Então nós tivemos um movimento muito interessante, só isso pra mim representa, do ponto de vista da democracia, do exercício da cidadania, eu penso que foi determinante. Foi uma eleição que mobilizou a cidade, ainda que ela tenha sido feita em bloco, que ela tenha sido restrita aos profissionais de educação, ela envolveu todo mundo porque ela era a primeira eleição que acontecia. Eu me lembro que a cidade toda ficou assim mobilizada, com faixas, com camisetas, inclusive um outro detalhe na primeira eleição pra diretor de Complexo, práticas muito parecidas com as que a gente tem nas eleições normais, o uso de materiais, de camisetas, se assemelha muito à eleição normal, por isso que eu digo que a gente aprendeu muito. (P)

A entrevistada discorre sobre papel fundamental do exercício do voto para garantir a participação da comunidade nas ações, nos rumos da gestão escolar. É salutar lembrar que democratizar a gestão escolar implica em respeitar a voz dos atores sociais que direta ou indiretamente dela fazem parte, portanto, é necessário romper com as práticas autoritárias que perpassam as ações escolares, onde as decisões são centralizadas e a hierarquia não permite a participação e o diálogo.

No entanto, nem todos os sujeitos participantes da pesquisa acreditam que é necessário romper com as decisões centralizadas e hierarquizadas. Essa é a percepção de uma das gestoras de escola, ao defender a lógica da rígida hierarquia e do segmento fiel das normas superiores.

Acredito nessa linha. Eu acredito que os chefes, ou eu aceito os chefes ou eu saio, primeiro isso, e segundo as diferenças existem. Então é mais fácil a

gente aceitar determinadas situações. Acredito na hierarquia. Se eu não vou cumprir determinadas ordens, determinadas normas é melhor que eu saia. (GE2)

Essa linha de pensamento, no tocante à participação da comunidade escolar durante o processo de eleição para dirigente escolar é seguida por outra das gestoras de escola, ao revelar a sua crença sobre o despreparo de candidatos e eleitores para a realização da eleição, que mobilizou o Distrito Federal, para a escolha dos dirigentes escolares.

...acho que não havia preparo de ninguém pra participar de eleição, nem de quem era candidato nem de quem era eleitor, e uma eleição com nível ruim. Então eu recuei e fiquei mais em termos de visitas nas escolas, apresentando propostas, mas não entramos nesse processo de empenhar ali pela vitória, vamos dizer assim.

Eu não lembro da participação da população, houve a participação de professores, funcionários, e o envolvimento dos alunos, mas os alunos eu não me lembro, não me passa em momentos nenhum que eles tivessem tido a condição de votar.

Mas, não houve uma participação grande não, a eleição foi assim, mais direcionada, ainda uma eleição precária, de interior mesmo. Não houve preparo nem nosso, aí não consigo me lembrar desses detalhes. Da participação do aluno, do pai do aluno, não consigo.

Teve curto tempo para a população ter discernimento das suas oportunidades, de estarem bem envolvidos, entendendo claramente o processo. Hoje nós ainda temos uma dificuldade de eleição, então imagina em 1985. (GE1)

Percebo que a afirmação relatada anteriormente, evidencia a visão de que precisa haver uma preparação para que a comunidade possa votar, escolher seus representantes, desconsiderando que a democracia se aprende no exercício, na prática democrática.

Importante salientar também que contrariando os relatos apresentados anteriormente, a gestora entrevistada afirma que:

Não havia uma grande participação da comunidade na escola, então foi uma participação muito rápida, e muito, eu poderia dizer, sem consistência, mais aquele voto de convencimento de quem estava se candidatando, eles votaram em diretores de escolas e não para diretores de Complexos. Para diretores de Complexo, que eu me lembro, só votaram professores, e muito despreparo. (GE1)

Cabível de destaque que os documentos analisados, incluindo artigos, reportagens e dissertações de mestrado, evidenciam a participação maciça da comunidade durante a

realização das eleições para dirigente escolar na Rede de Ensino Público do DF, contrapondo assim, a afirmação relatada anteriormente de que a participação foi rápida e sem consistência. Nesse sentido, faz-se necessário destacar o relato de dois entrevistados que abordam o tema em pauta:

... nós então conseguimos colocar na Secretaria de Educação o Pompeu de Souza. A partir daí a democratização aconteceu de fato, levamos pra ele principalmente essa questão de democratização, que a gente colocava a gestão democrática que seria a eleição de diretores de escola, dos Complexos Escolares e seria o delegado sindical por local de trabalho. Nós conseguimos em 1985 delegado sindical, nós conseguimos a eleição de diretores de escolas e dos Complexos Escolares. A eleição foi fantástica, nós tivemos assim uma participação muito grande porque o autoritarismo vinha cansando as pessoas, não podendo opinar em nada, quando a escola começou a se abrir, não foi fácil, porque a gente vinha o tempo todo no regime autoritário, quando você abre, você abre meio sem jeito e tal, mais foi uma participação muito grande, a comunidade dos professores, as comunidades escolares, sendo pai de aluno, professores e servidores, foi uma coisa fantástica, gratificante mesmo pra nós que vínhamos lutando há muito tempo. (S)

... aí ficamos, a Fundação Educacional de portas abertas, houve a negociação sindical, o professor Fábio Bruno na Direção da Fundação e nós fizemos o melhor Acordo Coletivo que a Fundação, que os professores sonharam. E aí foi quando vieram as eleições diretas, a meta do professor Fábio era eleições diretas para os dirigentes dos Complexos Escolares e concomitantemente dos diretores das escolas. Olha aí foi um negócio fantástico, fabuloso. Foi uma coisa, uma coisa muito importante, todo mundo tinha vontade de votar, o meu título de eleitor, por exemplo, serviu de fax símile de uma reportagem que foi lançada no período de Figueiredo, chamada “O espelho” publicaram o meu título, Título Plastificado, era a reportagem, porque a gente não exercia o voto, então você imagina, ninguém votava pra nada, a cidade com vinte e tantos anos, ninguém votava, de repente as pessoas tinham o direito de escolher o diretor do seu filho, o diretor da sua escola, os professores o seu diretor, enfim foi uma coisa, dá pra imaginar a beleza que foi. A participação era maciça, e depois campanha, tinha campanha, era a verdadeira eleição num município desses por aí sabe, com briga, com toda aquela paixão, com tudo, tudo que se tem direito numa eleição, era emocionante, era impressionante, como envolveu todo mundo, e como foi bacana, e aí inclusive serviu de exemplo para vários estados do país. (GS1)

Os relatos acima, de trabalhadores da educação que à época ocupavam cargos distintos, portanto tinham funções distintas, confirmam a participação da comunidade escolar, incluindo todos os segmentos, durante a realização das eleições no Sistema Público de Ensino do DF.

As entrevistas revelam claramente o enfoque dado à participação da comunidade escolar durante o processo de eleição. No entanto, ficou claro também a dificuldade encontrada pelos trabalhadores da educação em promover esta participação, percebida em algumas falas ao afirmarem que devido ao regime de ditadura militar que haviam vivenciado, estavam acostumados a viver sobre o autoritarismo, respeitando as relações hierárquicas e verticalizadas praticadas dentro do espaço escolar.

Paro (1994) afirma que se a escola, em seu dia-a-dia, está permeada pelo autoritarismo nas relações que envolvem direção, professores, demais funcionários e alunos, como podemos esperar que ela permita entrar a comunidade para exercitar relações democráticas, enfatizando:

Aceitando-se que a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade, parece faltar ainda uma maior precisão do conceito de participação. A esse respeito, quando uso esse termo, estou preocupado, no limite, com a participação nas decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não a tem como fim e sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, que é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões. É importante ter sempre presente este aspecto para que não se tome a participação na execução como um fim em si mesmo, quer sucedâneo da participação nas decisões, quer como maneira de escamotear a ausência desta última no processo. (1994, p.16)

Uma das professoras entrevistadas, corrobora a idéia de Paro em sua entrevista, afirmando que “os momentos de reflexão coletiva e a experiência vivenciada do exercício do voto propiciaram um desenvolvimento crítico nos trabalhadores da educação e esta criticidade é uma das responsáveis pela contínua luta dos trabalhadores da educação da Rede de Ensino Público do Distrito Federal, pela efetivação da gestão democrática da educação”.

Importante destacar que em uma escola democrática o caminho deve ser percorrido por todos os segmentos, pois a participação é o fundamento de uma gestão democrática.

Nesse sentido, evidencio a importância de ações coletivas, planejadas, executadas e avaliadas por todos que formam a comunidade escolar, destacando que, a educação não é

fragmentada, é composta de partes e que a escola reconhecida como espaço do exercício democrático é o lócus privilegiado para favorecer a formação do cidadão, capacitado para os desafios do mundo, da sociedade, razão porque o seu sucesso não depende de um, mas de todos os envolvidos no processo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amanhecer: o mais antigo sinal de vida sobre a Terra. Amanhecer: ainda o mais novo sinal de vida sobre a Terra. Amanhecer e vida humana se entrelaçam na mesma luz.

Carlos Drummond de Andrade

1 - Reflexos da Primeira Experiência de Gestão Democrática da Educação na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

A questão central que norteou esta pesquisa foi a implantação da gestão democrática da educação na Rede de Ensino Público do Distrito Federal no período de 1985 a 1986.

Cabe destacar que o Sistema de Ensino no Brasil, constituiu-se de forma dualista, estruturado para atender aos interesses da classe dominante, formando, por um lado, os futuros dirigentes da sociedade e, por outro, favorecendo os filhos dos trabalhadores, capacitando-os para a inserção no mercado de trabalho, por meio de um ensino elementar de pouca qualidade.

Importante ressaltar que a idéia de educação pública como um direito de cidadania veio a público de maneira mais intensa na década de 1930 por meio do esforço e comprometimento de intelectuais envolvidos no Movimento Renovador da Educação. No ano de 1932, esse movimento teve seu momento de culminância com a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação que preconizava o direito à educação pública, laica, gratuita e universal.

Nesse sentido, destaco que a defesa da escola pública divide-se em três momentos. No primeiro momento, a luta é pelo acesso, no segundo momento, pela qualidade do ensino e no terceiro momento, pela gestão democrática da educação.

O Distrito Federal, por ter se constituído no início da década de 1960 para abrigar a nova capital federal, já recebeu, em seu sistema de ensino, os influxos das lutas pelo acesso universal e pela qualidade do ensino. Vale ressaltar que é justamente Anísio Teixeira, um dos signatários do Movimento dos Pioneiros da Educação quem vai receber a incumbência de conceber um sistema público de ensino para Brasília, sendo razoável inferir que a Rede de Ensino Público da Nova Capital absorvesse a identidade dos princípios que justificaram a redação do Manifesto.

No entanto, se as bandeiras do acesso universal e gratuito e do ensino de qualidade foram, cedo, incorporadas ao Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, o mesmo não pode ser afirmado para a bandeira da gestão democrática, apesar de, como vimos, ter sido a primeira escolha de uma diretora de escola, feita de maneira participativa. Os acontecimentos que se sucederam não levaram, porém, o Sistema de Ensino do Distrito Federal a adotar essa prática de maneira sistemática, o que só veio a ocorrer como procedimento institucional no ano de 1985, com a instauração da Nova República e as decorrentes nomeações para Governador, Secretário de Educação e Diretor Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Face ao exposto destaco que a partir da metade dos anos 1970 a sociedade brasileira vivenciou o processo de redemocratização do país, culminando com a transição do regime imposto pelo golpe militar de 1964 para o regime civil a partir da década de 1980.

Na luta pela redemocratização do país como pôde ser observado pelo levantamento bibliográfico realizado nesse trabalho, houve uma grande contribuição de instituições da sociedade civil e dos movimentos sociais. Nesse período, o movimento dos trabalhadores da

educação organizados em associações e sindicatos teve grande importância na luta pelo resgate dos direitos sociais dos cidadãos, passando a incorporar, na luta pela democratização da educação, à bandeira do ensino de qualidade para todos.

Cumprе salientar que este trabalho apresentou como objetivo principal caracterizar e analisar o processo de implantação da Primeira Experiência de Gestão Democrática realizada na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

As questões que orientaram a pesquisa permitiram o desvelamento desse período e de suas ocorrências no interior do Sistema de Ensino do DF, a partir da sistematização dos dados empíricos coletados nas entrevistas e na análise documental.

Cabe lembrar que as categorias que permitiram a realização da análise dos dados foram definidas ao longo desse processo, em respeito à abordagem metodológica utilizada. São elas: a concepção de educação, a influência dos partidos políticos e do movimento sindical e a democratização da gestão escolar.

No tocante às condições que caracterizaram o processo de implantação da gestão democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal, no período de 1985 a 1986, destaco que os documentos, analisados e as entrevistas evidenciaram que o processo de redemocratização do país influenciou a luta pela democratização da gestão escolar no Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, principalmente após o PMDB, como uma frente de oposição ao regime de ditadura militar, e, abrigando diferentes siglas partidárias, algumas delas ilegais, ter assumido o Governo do Distrito Federal e a Secretaria de Educação do Distrito Federal ser ocupada pelo professor e jornalista Roberto Pompeu de Souza Brasil, um dos ícones dos que se opunham à ditadura militar.

Alguns relatos enfatizaram também a importância de trabalhadores da educação oriundos da categoria de professores, do movimento sindical e ligados a partidos políticos

formados por um matiz de esquerda, haverem assumido cargos na gestão da Fundação Educacional e da Secretaria de Educação do Distrito Federal, enfatizando a preocupação da equipe com uma função social da escola transformadora, reconhecendo a divisão dualista do sistema de ensino no Brasil, propondo a ruptura com o modelo tecnicista vigente nas escolas públicas do Distrito Federal, até então.

No que diz respeito aos fatores que facilitaram ou dificultaram a implantação da gestão democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal alguns entrevistados relataram a preocupação da professora Eva Waisros, diretora do Departamento Geral de Pedagogia, e de sua equipe na construção de uma educação voltada para a cidadania, para a participação de todos em todos os níveis, ressaltando a importância da referida professora e de sua concepção de cidadania e de educação para a construção da democratização das ações realizadas na Rede de Ensino Público do Distrito Federal, bem como a vontade da comunidade em participar das eleições escolares, pois o povo estava impedido de votar há muitos anos para Presidente da República e, em Brasília nunca haviam votado porque a cidade não tinha autonomia política.

Professores, gestores e funcionários lembraram em seus depoimentos que realizaram e/ou participaram de palestras e debates promovidos pelo Departamento Geral de Pedagogia com teóricos da educação, citando a participação de Paulo Freire, Moacir Gadotti e Dermeval Saviani, dentre outros. E que, esses eventos desdobraram-se em reuniões realizadas nas escolas, nos Complexos Escolares e depois com a equipe do DGP para discutirem e proporem uma nova proposta pedagógica para a Fundação Educacional do Distrito Federal.

Importante destacar o relato de uma das atoras entrevistadas discorrendo que o DGP tentou construir um novo programa para a FEDF, fundamentado na Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos, coletivamente, porém muitas das sugestões dos professores não eram acatadas, distanciando a categoria das discussões, porém a entrevistada, participe do processo,

não culpa os gestores do DGP e sim, a falta de reflexão dos professores quanto à concepção e a forma de participação e as possibilidades de mudanças previstas na legislação vigente à época.

Compreendi, por meio das entrevistas realizadas e dos documentos consultados, na Rede de Ensino Público a vontade dos gestores em realizar algo diferente, mudando as relações da Secretaria de Educação e da Fundação Educacional com os trabalhadores da educação que desenvolviam suas atividades nas escolas e nos Complexos Escolares.

No tocante à influência dos partidos políticos e do movimento sindical as percepções dos entrevistados ficaram claras ao discorrerem sobre a luta em defesa da gestão democrática da educação. Percebi na bibliografia consultada e nas entrevistas a preocupação de mostrar que o PMDB tinha uma visão que se opunha ao regime militar, autoritário e verticalizado e também apresentava uma divisão, justamente por ser formado por pessoas de vários partidos. O nome de Fábio Bruno era visto como responsável pelas mudanças desejadas na democratização da gestão escolar na FEDF, por ser militante, sindicalista e comprometido com as lutas das categorias de professores.

Relembro que os entrevistados abordaram a importância da professora Eva Waisros na direção do Departamento Geral de Pedagogia, promovendo ações coletivas que proporcionaram a democratização da gestão da educação. No entanto, salientaram que a saída da professora Eva do DGP foi influenciada por motivos políticos e que foi prejudicial à continuidade das transformações na educação, e que a diferença de concepção entre o Secretário de Educação e o Diretor Executivo da Fundação Educacional propiciaram o início da crise no Sistema Educacional.

Alguns depoimentos abordaram as dificuldades que apareceram após a saída da professora Eva Waisros da direção do DGP e a vinda de José da Silva Quintas para dirigir a FEDF, pois a política pedagógica do então Secretário de Educação Fábio Bruno era muito

diferente da visão desse novo diretor executivo, afirmando que a democratização da gestão escolar na Rede de Ensino poderia ter sido concretizada se o PMDB não tivesse exigido colocar na Direção Executiva da Fundação Educacional, um profissional que tinha crenças diferentes do professor Fábio Bruno, que havia saído da Fundação Educacional para assumir o lugar de Pompeu de Souza na Secretaria de Educação.

Alguns dos entrevistados também responsabilizaram o Partido dos Trabalhadores, fundado no ano de 1980, por ter atrapalhado os projetos desenvolvidos pela Fundação Educacional, afirmando que os trabalhadores da educação ligados ao PT defendiam que eram apenas assistencialistas e não educacionais.

A análise documental, a consulta bibliográfica e algumas entrevistas esclareceram que as ações responsáveis pela interrupção do processo democrático nas instituições escolares foram praticadas pelos próprios gestores da educação, quando agiram autoritariamente passando por cima de ações realizadas com a participação de todos os segmentos que formam a comunidade escolar, contrariando assim, o princípio de gestão democrática.

As pesquisas já realizadas e os relatos dos atores entrevistados demonstraram a importância da participação do Sindicato dos Professores do DF na construção da democratização das ações realizadas no Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, porém uma das entrevistadas julgou que a influência da política partidária nos espaços escolares foi negativa, pois a comunidade não estava preparada para participar da escolha de seus representantes, considerando que a participação da comunidade no processo de eleição foi mínima.

Importante destacar que o relato da gestora entrevistada acerca da participação da comunidade escolar é o único que afirma que foi pequena, pois todos os outros atores entrevistados relataram ter sido maciça a participação da comunidade. Da mesma forma, os documentos, as pesquisas, os artigos, os noticiários dos periódicos locais foram claros ao

afirmar a importância da gestão democrática escolar para a democratização da educação, evidenciando que a sociedade só será democrática quando a educação for democratizada.

Cabível de destaque que, os atores partícipes do processo afirmaram nas entrevistas que a implantação da Primeira Experiência de Gestão Democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal foi a raiz para que, por meio das reflexões coletivas os trabalhadores da educação comesçassem a pensar criticamente acerca da importância de ações democráticas desenvolvidas nos espaços formais de educação.

Nesse sentido pontuo que a investigação evidenciou que a participação da comunidade escolar durante o processo de eleição foi maciça, porém, tímida, no desenvolvimento de ações pedagógicas e administrativas dentro do espaço escolar, pois muitas escolas não criaram um ambiente propício para a superação das práticas isoladas, hegemonizadas por professores e técnicos da educação.

Relembro que a concepção de gestão democrática que norteou este trabalho é a que supera a gestão como sinônimo de execução, é a que destaca que todas as ações devem ser construídas, planejadas e executadas com a participação de todos os segmentos envolvidos no processo escolar. Portanto, pontuo que a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, nas decisões administrativas e pedagógicas, é condição fundamental para a gestão democrática, portanto fundamento da democracia.

No tocante à participação de todos os segmentos destaco o relato de um dos atores entrevistados manifestando a dificuldade dos funcionários da FEDF em participar das discussões pedagógicas, pois estas geralmente contemplam apenas a equipe pedagógica da escola, não havendo assim, a participação de todos os segmentos nas ações realizadas na escola.

Cabível de destaque a concepção de que a educação verdadeiramente democrática é resultado da participação de todos os sujeitos envolvidos no processo escolar e que a participação da comunidade nas práticas escolares permite que todos os envolvidos construam conhecimentos, vivenciando na prática o aprendizado da democracia. Ressalto que para que esta aprendizagem ocorra é necessário que todas as ações escolares sejam permeadas por relações democráticas entre todos os segmentos da comunidade escolar.

Os depoimentos de alguns entrevistados explicitaram o desejo de participação da comunidade escolar nas atividades desenvolvidas na escola, porém, demonstraram também que devido ao período em que as relações de autoritarismo permearam as ações realizadas no ambiente escolar, fez com que muitos trabalhadores da educação não se envolvessem, pois, não acreditavam na possibilidade de transformação da realidade escolar no Sistema de ensino Público do Distrito Federal, dificultando, assim, o processo de democratização da gestão escolar.

Cabe ainda relembrar que um dos depoimentos abordou o receio dos professores em se candidatarem para o cargo de diretor escolar, destacando que, durante o regime militar, os conteúdos desenvolvidos pautados na Pedagogia Tecnicista introjetaram em muitos a idéia da divisão entre os que planejam e os que executam as ações, dificultando assim, a participação de muitos professores no processo eleitoral.

É necessário ainda ressaltar que uma das atoras entrevistadas relatou que, mesmo havendo a dificuldade de participação, a prática da reflexão coletiva e o exercício do voto foram os responsáveis pelo desenvolvimento da criticidade da comunidade escolar, percebendo na gestão democrática da educação a possibilidade de garantia da democratização da educação, exigindo portanto, mais momentos de participação nas atividades desenvolvidas no espaço escolar.

Nesse sentido, saliento que conforme Dourado, gestão democrática é concebida como:

... processo de aprendizado e de luta que não se circunscreve nos limites da prática educativa, mas vislumbra nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade da criação e efetivação de canais de participação, de aprendizado do jogo democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas autoritárias que permeiam as relações sociais no seio das práticas educativas visando a sua transformação. (2003, p.250)

A afirmação de Dourado nos permite refletir acerca do depoimento de um dos sujeitos entrevistados relatando que Pompeu de Souza, Secretário de Educação do Distrito Federal à época da implantação da Primeira Experiência de Gestão Democrática na Rede de Ensino Público do Distrito Federal, incentivava a efetivação de alguns mecanismos que possibilitassem a gestão democrática, como o grêmio estudantil, a eleição direta para dirigentes escolares e a eleição de um delegado sindical por escola.

Durante a realização dos depoimentos alguns dos atores entrevistados relataram que a democratização da educação é importante para a democratização da sociedade, que se não houver a gestão democrática nas escolas nunca haverá uma sociedade verdadeiramente democrática, portanto relembro que os relatos dos atores partícipes do processo demonstraram que a concepção de educação, cidadania, participação e democracia evidenciadas à época da implantação da gestão democrática percebidas nas ações praticadas pelos gestores da educação influenciaram na tentativa de efetivar a gestão democrática escolar na Rede de Ensino Público do Distrito Federal.

Vale destacar que a escola é vista, por muitos, como um espaço de prática da democracia, sendo preciso criar espaços de participação para a comunidade escolar, pois, conforme o referencial teórico que fundamentou esta pesquisa o desafio dos trabalhadores da educação é garantir novas relações na escola, onde todos os segmentos sejam partícipes das ações educacionais.

Diante da afirmação relatada anteriormente é importante lembrar que a eleição é um dos mecanismos que favorecem a gestão democrática e que, segundo alguns atores

entrevistados, foi uma conquista da categoria, favorecida pelo entendimento dos gestores da Fundação Educacional e da Secretaria de Educação do Distrito Federal da importância da eleição direta com a participação de todos os segmentos para garantir maior participação da comunidade e conseqüentemente fortalecer a democratização da sociedade, enfatizando o papel do Sindicato dos Professores do DF e dos partidos políticos que à época eram considerados opositores ao regime militar.

Nesse sentido, relembro que a década de 1980 foi rica do ponto de vista político-social e que a união das forças opositoras ao regime militar, possibilitou a construção de propostas e frentes de lutas, instaurando um clima de esperança da retomada da democracia, da participação de todos nas atividades realizadas na sociedade. Acreditavam na força do povo organizado em associações, na força dos trabalhadores organizados em seus sindicatos para realizarem mudanças históricas no país. Assim, foi possível perceber o enfoque dado aos movimentos sociais e a importância da sociedade civil na luta pelos seus direitos, enfatizando a importância da participação das associações de moradores, das associações de profissionais de diversas áreas, sindicatos e partidos políticos ilegais e os legalizados.

De acordo com o exposto acima reitero que as entrevistas realizadas com atores partícipes do processo analisado, foram fundamentais para esclarecer as condições que caracterizaram o processo de implantação da gestão democrática na Rede de Ensino Público, pois ao discorrer abertamente relataram os anseios que a categoria apresentava quanto ao processo de democratização do país, acreditavam que com a abertura política poderia haver a democratização da gestão escolar.

Cumprе ressaltar que no Distrito Federal os trabalhadores da educação influenciados pelos movimentos ocorridos no país não esperaram pela democratização das ações, buscaram a democratização por meio de lutas travadas por um sindicato organizado em defesa dos

direitos da categoria e da escola pública de qualidade, exigindo melhores condições de trabalho, melhoria salarial e ações democráticas nos espaços escolares.

Relembro que o cenário da época influenciou a implantação da gestão democrática no Sistema de Ensino do Distrito Federal. Nesse sentido, destaco que as entrevistas permitiram o desvelamento dos fatores que facilitaram e os que dificultaram a implantação, evidenciando que, o fato de um partido político que se opunha ao regime militar ter assumido o Governo do Distrito Federal e a participação de trabalhadores ligados ao movimento sindical e a partidos políticos considerados de esquerda facilitaram a discussão acerca de mudanças pedagógicas e administrativas na Rede de Ensino.

No entanto, enfatizo que os fatores que influenciaram esta modificação na Rede Pública de Ensino foram permeados por ações dificultadoras que segundo os relatos dos atores entrevistados se materializaram nas relações que envolviam o novo grupo de gestores e a equipe que até então esteve à frente da administração central na Secretaria de Educação e na Fundação Educacional do Distrito Federal, apontando que não há democratização que resista a modelos burocráticos e práticas democráticas. Cabe destacar que a equipe que saiu da administração central do Sistema Educacional era vista pelos entrevistados como autoritária que praticava ações verticalizadas seguindo modelos fundamentados na pedagogia tecnicista, que privilegiava os conteúdos em detrimento do sujeito e que os novos gestores haviam assumido os cargos com uma proposta pedagógica diferente da até então desenvolvida no Distrito Federal.

Cabe pontuar que o ponto de vista abordado acima é compartilhado pela maioria dos entrevistados ao afirmarem que a tentativa de mudança na estrutura do Sistema Educacional deve-se a concepção de cidadania, de democracia, de participação e principalmente de uma educação transformadora, percebida nos gestores da Rede de Ensino.

No tocante a primeira experiência de eleição de dirigentes escolares no Distrito Federal, os entrevistados enfatizaram a importância do processo para o aprimoramento da prática democrática no espaço escolar. Esclareceram também, que a eleição foi parte de um processo participativo que buscava mudanças na condução da gestão, e que o processo foi interrompido por algumas ações que demonstraram a falta de entendimento do que é participação e democracia.

Face ao exposto reitero que durante a realização desta pesquisa tive a oportunidade de conhecer a história da gestão da educação no Distrito Federal, relatada por trabalhadores da educação que vivenciaram o processo, portanto, cumpre ressaltar que tenho clareza que a gestão democrática não é sozinha a solução para os problemas enfrentados pela sociedade brasileira. No entanto, para que a democratização da sociedade seja efetivada, é necessário que ocorra a democratização educacional e para isso é fundamental a democratização das ações e das relações existentes no ambiente escolar.

No Distrito Federal as constantes interrupções das experiências de gestão democrática na Rede de Ensino Público, demonstraram que ainda precisamos nos fortalecer coletivamente, contando com a participação de todos os segmentos para garantirmos a efetivação de práticas democráticas no Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.

Reitero que para a concretização de práticas democráticas é necessário legitimar mecanismos que garantam a democratização da gestão, ou seja, é preciso refletir sobre a participação da comunidade dentro da escola, portanto, enfatizo que para a garantia desses mecanismos é fundamental criar condições de participação, de integração e de envolvimento.

Nesse sentido, destaco que o fortalecimento da gestão escolar passa pelo estabelecimento de um processo de integração entre escola e comunidade. E que a integração só acontece quando a gestão é realizada democraticamente. Cabe ressaltar que essa prática deve ser conquistada pelos segmentos da escola e para que isso ocorra é necessário que todos

os envolvidos no processo escolar compreendam a importância da participação em todas as fases do planejamento educacional.

Não tenho dúvida da importância de ter realizado esta pesquisa para conhecer e mostrar as barreiras enfrentadas pela sociedade e principalmente pelos trabalhadores da educação, durante a luta pelo acesso, pela qualidade do ensino e pela democratização da educação. Portanto, insisto em afirmar que no Distrito Federal a gestão democrática da escola pública ainda é um desafio a ser enfrentado pela comunidade escolar, pois, transcorridos vinte e dois anos da primeira experiência na Rede de Ensino Público, ainda dependemos da concepção e da ideologia dos partidos políticos que assumem o Governo do DF, comprovando assim, que o princípio de gestão democrática garantido na Constituição Federal do país, apresenta diferentes entendimentos, dificultando assim, a realização de uma gestão verdadeiramente democrática que garanta a igualdade de participação entre os segmentos da comunidade escolar e propicie a todos os envolvidos no processo a participação no planejamento, na execução e na avaliação das ações realizadas no espaço escolar.

Contudo, destaco que a gestão democrática não é a solução para todas as dificuldades que permeiam a educação. Ela é parte de um processo amplo e, carrega em si muitas contradições, porém, como abordado no corpo do presente trabalho, o esforço dos trabalhadores comprometidos com a educação como direito de cidadania, é de a partir das contradições construir coletivamente uma educação que atenda aos anseios da comunidade que ao longo da história do país esteve à margem das decisões acerca da educação. Nesse sentido, torna-se imprescindível que a comunidade escolar entenda que a escola é um espaço público que lhe pertence, portanto, é seu direito participar de todas as ações realizadas dentro dela.

Finalizo pontuando que, partindo do princípio de que a democratização da gestão escolar é fundamental para a democratização das ações realizadas na escola, defendo que a

participação, o trabalho coletivo, e a ação colegiada necessitam ser consolidadas para que a democracia escolar seja vivenciada efetivamente, por todos os segmentos que compõem a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Adilson César. **Gestão Democrática da Educação: a posição dos docentes**. Brasília: FE-UnB, dissertação de mestrado, 2000.
- BARROSO, Edna Rodrigues. **Rotas, Planos, Pilotos: A Educação Pública do Distrito Federal nos anos 1990**. Campinas: Unicamp, dissertação de mestrado, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Nova. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Coleção primeiros passos; 95).
- BORDIGNON, Genuíno e GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da Educação: o Município e a Escola in Naura Syria Carapeto Ferreira e Márcia Ângela da S. Aguiar (org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Solettar a letra P: Povo, popular, partido e política – A educação de vocação popular e o Poder de Estado. in: **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro** - org. Osmar Fávero e Giovanni Semeraro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394 de 20 de dezembro, 1996.
- BRUNO, Lúcia. Onde Procurar o Democrático. in: **Política e Gestão da Educação** - org. Dalila Andrade Oliveira e Maria de Fátima Felix Rosar. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- CIAVATTA, Maria. A construção da democracia pós-ditadura militar – Políticas e planos educacionais no Brasil. in: **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro** - org. Osmar Fávero e Giovanni Semeraro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- COSTA, Vânia Maria do Rego Silva. **Participação dos pais de alunos no Conselho Escolar: uma conquista no processo de gestão democrática ou uma concessão das direções eleitas?** Brasília: FE-UnB, dissertação de mestrado, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. in: **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro** - org. Osmar Fávero e Giovanni Semeraro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Planejamento e Gestão Escolar** in Curso de Pedagogia para Professores em Exercício no Início de Escolarização. Universidade de Brasília. Brasília, 2003.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão Democrática da Educação: ressignificando conceitos e possibilidades. in: **Gestão da Educação – Impasses, perspectivas e compromissos** - org. Naura Syria Carapeto Ferreira e Márcia Ângela da S. Aguiar. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Marília; Oliveira, João Ferreira e Toschi, Mirza Seabra. As tendências da gestão na atual política educacional brasileira in Mariluce Bittar e João Ferreira de Oliveira (org.). **Gestão e política da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FREITAS, Lêda Gonçalves de. **A contribuição do movimento sindical dos professores para a construção da gestão democrática das escolas públicas do Distrito Federal no período 1985/1994**. Brasília: FE-UnB, dissertação de mestrado, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Política e Educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional in Ivani Fazenda (org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadão**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GAGLIARDI, Erasmo. **O Pensamento Pedagógico Brasileiro Vigente e a Prática Desenvolvida no Cotidiano de Nossas Escolas- O Caso do Distrito federal no Período 1985/1990**. Brasília: FE-UnB, dissertação de Mestrado, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Histórias dos movimentos e lutas sociais: A construção da cidadania dos Brasileiros**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **O escrito, o dito e o feito: Educação e partidos políticos**. Campinas - SP: Papirus, 1994.

LIBÂNEO, José C. Tendências Pedagógicas na Prática Social. in: **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação: Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Eleições de diretores no sistema público de ensino do DF: avanço ou manipulação? **Revista Brasileira de Administração da Educação**. Brasília v.5, n.2, jul./dez. 1987.

_____. Gestão Democrática da Educação no Distrito Federal: das eleições à diretriz política. **Revista Brasileira de Pesquisa e Administração da Educação**. Brasília v.14, n.1, jan./jun. 1998.

_____. **A regra e o jogo: Democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas, SP: Lapplane, FE/ UNICAMP, 2000.

_____. **Gestão Democrática da Educação: Um pouco de história**. Pesquisa em andamento. Brasília, 2005. Mimeo.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a Escola**. 23 ed. São Paulo: Ática, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas em curso nos sistemas públicos de educação básica: empregabilidade e equidade social. in: **Política e Trabalho na Escola**- org. Dalila Andrade Oliveira e Marisa R. T. Duarte. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Mudanças na organização e na gestão do trabalho na escola. in: **Política e Gestão da Educação**- org. Dalila Andrade Oliveira e Maria de Fátima Felix Rosar. Belo Horizonte: Autêntica, 2002a.

OLIVEIRA, Francisco de. Queda da ditadura e democratização do Brasil. in: **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro** - org. Osmar Fávero e Giovanni Semeraro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b.

PAIVA, Olgamir Amância Ferreira de. **Gestão Democrática e Exclusão Escolar: Reflexos de uma Política Pública**. Brasília: FE-UnB, dissertação de Mestrado, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **Administração Escolar: introdução crítica**. São Paulo : Cortez 2005.

REGO, Teresa Cristina. **Memórias da Escola: cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SADER, Emir e Betto, Frei. **Contra Versões**. Civilização ou barbárie na virada do século. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2002.

SANCHES, Lara Câmara. **O público e o privado na educação básica: Um olhar sobre a legislação educacional e propostas de partidos políticos**. Brasília: FE-UnB, dissertação de Mestrado, 2005.

SANDER, Benno. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. 1. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 36. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **A Origem do Sistema Educacional de Brasília: Criação da CASEB**. Brasília: Departamento de Planejamento Educacional, 1984.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **40 anos de Educação em Brasília**. Brasília: Subsecretaria de Planejamento e de Inspeção de Ensino, 2001.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. Gestão e organização do trabalho na escola pública: prática sociais em educação em Minas Gerais (1983-1994) in Luiz Fernandes Dourado e Vitor Henrique Paro (org.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001a.

SILVA, Maria Abádia da. A cidadania no contexto de restrições dos direitos sociais in Gislene Aparecida dos Santos (org.). **Universidade, formação, cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001b.

SPADER, Eunice Aparecida. **Gestão Democrática da Escola Pública: O Caso do distrito Federal – (1989 – 1991)**. Brasília: UCB, dissertação de Mestrado, 1998.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. Plano de construções escolares de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 35, n. 81, jan./mar. 1961.

TRAGTENBERG, Maurício. Relações de Poder na Escola. in: **Política e Gestão da Educação**- org. Dalila Andrade Oliveira e Maria de Fátima Felix Rosar. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ANEXOS

ANEXO 1: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Qual era o seu cargo/função na FEDF ou na SEEDF?
2. Quais as condições que caracterizaram o processo de implantação da Gestão Democrática na Rede de Ensino do Distrito Federal?
3. Qual a influência que a mudança no cenário brasileiro em relação a redemocratização do país teve no Distrito Federal?
4. Quais os fatores facilitadores e os dificultadores que influenciaram a implantação da Gestão Democrática no Distrito Federal?
5. Qual a influência da indicação de José Aparecido para assumir o governo do Distrito Federal para a educação?
6. E a indicação de Pompeu de Souza?
7. Como era o PMDB e qual o seu papel em relação a educação no Distrito Federal?
8. Como aconteceu a negociação para a ocupação de cargos na FEDF e na SEEDF?
9. Como ocorreu a indicação do seu nome?
10. Como surgiu a discussão sobre currículos e programas que norteavam as atividades pedagógicas da FEDF e da SEEDF?
11. A nova concepção foi colocada em prática? Como?
12. Como e quem pensou a mudança dos dirigentes dos complexos escolares e das escolas?
13. Como surgiu a necessidade de eleições para dirigentes escolares?
14. Como ocorreu o processo de eleição para dirigente escolar?
15. Como foi a participação da comunidade escolar?
16. E a participação do Sindicato dos Professores?
17. Como aconteceu o Acordo Coletivo? E o Cargo de Confiança? Quem participou das negociações?
18. Como ocorreu a mudança de cargos de confiança na FEDF e na SEEDF?
19. O que provocou a mudança?
20. E a crise na Ceilândia? Como iniciou? O que gerou a exoneração dos dirigentes escolares?

ANEXO 2: RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS CONSULTADOS

1. Acordo Coletivo 85/88 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e o Sindicato dos Professores do Distrito Federal;
2. Normas para a Eleição de Diretores 85/88;
3. Resolução 06/85 do Conselho de Educação do Distrito Federal, que autoriza a Fundação Educacional do Distrito Federal a instituir a Administração Colegiada;
4. Publicações do Sindicato dos Professores;
5. Jornais da cidade, publicados à época;
6. Artigos publicados referentes à prática de gestão democrática;
7. Instruções de serviços da Fundação Educacional do Distrito Federal;
8. Ofícios Circulares da Fundação Educacional do Distrito Federal;
9. Pronunciamento - Conselho de Educação do Distrito Federal.

